

**CIÊNCIAS
ECONÔMICAS**



CADERNOS DE INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Chapecó/SC - Ano 14 - Nº 26 - Jun. 2013




UNOCHAPECÓ
UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ

Chapecó/SC, Ano 14, Nº 26, Jun. 2013

Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Área de Ciências Sociais Aplicadas

Curso de Ciências Econômicas

O Caderno de Informações Socioeconômicas do Município de Chapecó é uma publicação anual atrelada ao Observatório Socioeconômico da Mesorregião Oeste de Santa Catarina do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Com divulgação iniciada em 1999, o objetivo principal é disponibilizar informações sobre a dinâmica social e econômica do município.

Coordenadores

Giana de Vargas Mores

José Martins dos Santos

Organização

Giana de Vargas Mores

Fábio Júnior Piccinini

Informações

Curso de Ciências Econômicas da Unochapecó

Av. Senador Atílio Fontana, 591-E

Bairro Efápi, Chapecó/SC, 89809-000

(49) 3321-8243

economia@unochapeco.edu.br

www.unochapeco.edu.br/economia



Reitor: Odilon Luiz Poli

Vice-Reitora de Ensino, Pesquisa e Extensão: Maria Aparecida Lucca Caovilla

Vice-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Cláudio Alcides Jacoski

Vice-Reitor de Administração: Antônio Zanin

Diretor da Área de Ciências Sociais Aplicadas: James Antônio Antonini

Coordenador do Curso de Ciências Econômicas: José Martins dos Santos

SUMÁRIO

AGROPECUÁRIA	6
Guilherme de Oliveira	
Fábio Júnior Piccinini	
NEGÓCIOS	16
Johnny Luiz Grandó	
COMÉRCIO EXTERIOR	21
José Martins dos Santos	
COMÉRCIO	30
Deise Maria Bourscheidt	
Fábio Júnior Piccinini	
CONSTRUÇÃO CIVIL	36
Deise Maria Bourscheidt	
Fábio Júnior Piccinini	
EMPREGO	41
Frederico Santos Damasceno	
SETOR PÚBLICO	48
Viviane Freitas Santos	
SAÚDE	58
Fábio Júnior Piccinini	
Giana de Vargas Mores	

A DINÂMICA ECONÔMICA DO SETOR AGROPECUÁRIO NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (2000-2011)¹

*Guilherme de Oliveira²
Fábio Júnior Piccinini³*

INTRODUÇÃO

O município de Chapecó está espacialmente localizado em uma região caracterizada pela elevada concentração de Unidades de Produção Agropecuárias (UPA) destinadas, principalmente, à produção de produtos de origem animal, leite, suínos e aves, além dos de origem vegetal, como milho (IBGE, 2011). Ademais, o município é classificado como um polo regional nível B pela pesquisa Cidades do IBGE (2008), ou seja, uma cidade capaz de atender as demandas dos municípios vizinhos, tanto na prestação de serviços quanto no beneficiamento dos insumos agropecuários produzidos na Mesorregião Oeste de Santa Catarina, o que lhe confere o rótulo de capital nacional da agroindústria.

No entanto, o município de Chapecó vem enfrentando limitações para expansão de sua capacidade produtiva agropecuária, fruto das restrições de área rural desde a metade dos anos 2000, resultado de emancipações de comunidades rurais e do crescimento urbano-industrial do município. Portanto, pensar a sobrevivência das atividades agropecuárias, num cenário de plena utilização da capacidade instalada, torna-se um desafio para os formuladores de políticas públicas.

Como resultado, o setor agropecuário de Chapecó não é o que adiciona maior valor ao Produto Interno Bruto (PIB) municipal, participação essa que é liderada pelos setores de serviços e industrial. No entanto, o mesmo apresenta características semelhantes ao meio rural dos municípios da Mesorregião Oeste, embora em menor escala. Nesse sentido, compreender as regularidades do setor agropecuário no município torna-se pertinente não só para avaliar o seu desenvolvimento, mas também por refletir a situação da região.

¹ O artigo apresenta uma evolução dos dados de 2000 a 2011, pois a divulgação do comportamento dos dados referentes ao ano de 2012 será feita em outubro de 2013 pelo IBGE.

² Doutorando em Economia do Desenvolvimento pela Universidade de São Paulo, professor licenciado da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, e-mail: guilherme_econ@unochapeco.edu.br.

³ Mestrando em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó, e-mail: fajpiccinini@unochapeco.edu.br.

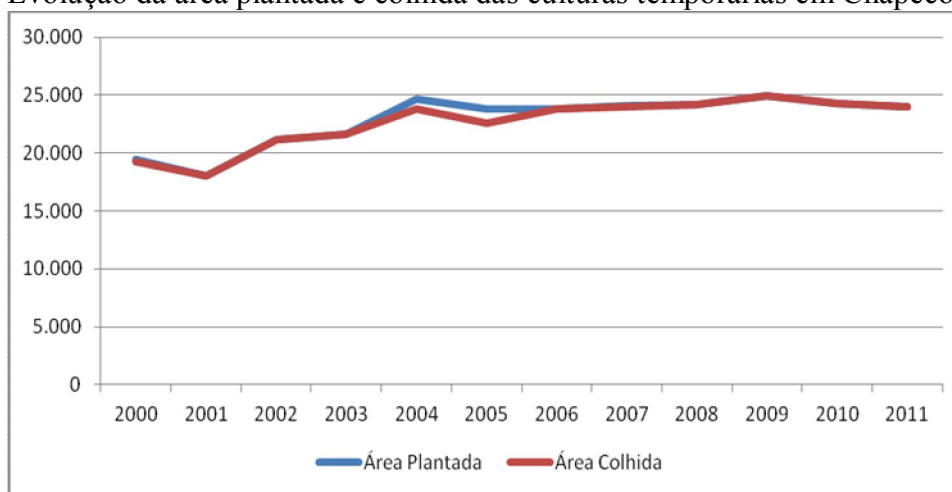
Diante do exposto, o objetivo deste artigo é apresentar as principais regularidades do setor agropecuário do município de Chapecó no período de 2000 a 2011, focando principalmente nas categorias: produção, área plantada e comercialização dos produtos de origem vegetal e animal. Além disso, procura-se inferir sobre os possíveis cenários futuros para a atividade no município de Chapecó.

DESEMPENHO DO SETOR AGROPECUÁRIO NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

O município de Chapecó tem enfrentado nos últimos anos uma limitação de capacidade para as atividades agropecuárias, as quais exigem áreas agriculturáveis em virtude das emancipações das comunidades rurais e da expansão do setor urbano sobre o ambiente rural. Nesse sentido, a Figura 1 apresenta a evolução da área plantada e colhida para culturas agrícolas temporárias.

Verifica-se que não há diferença estatística entre a área plantada e a colhida entre os anos de 2000 e 2011, exceto o período de 2004 e 2005, em que a área colhida foi inferior a efetivamente plantada em cerca de 3.000 hectares, devido às dificuldades climáticas do período. No entanto, destaca-se o período posterior ao ano de 2004, que apresenta uma estabilidade na área destinada ao plantio e colheita de culturas temporárias, refletindo essa limitação de capacidade instalada referida acima.

Figura 1 – Evolução da área plantada e colhida das culturas temporárias em Chapecó, 2000-2011



Fonte: Elaborada pelos autores a partir de IBGE (2011).

Do ponto de vista do desenvolvimento rural, compreender essas transformações na capacidade produtiva das Unidades Produtoras Agropecuárias é pertinente, tanto para a

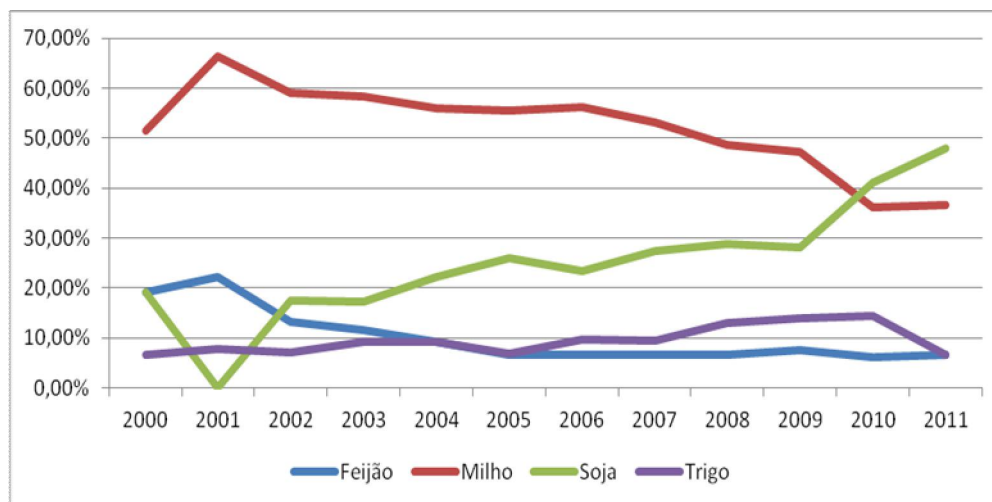
sobrevivência das famílias que vivem nessas localidades quanto para a diversificação das atividades municipais, principalmente no que tange ao beneficiamento de produtos de origem vegetal e animal, como hortaliças, frutas, queijos e vinhos. Para Chapecó isso representa um *trade-off* importante, pois os limites da cidade tem se expandido, ao mesmo tempo que o setor agropecuário tem perdido espaço frente outras atividades urbanas⁴.

Além da estabilização na taxa de utilização da capacidade agropecuária instalada, destacam-se as transformações ocorridas entre as culturas temporárias nos últimos onze anos, apresentadas na Figura 2. O feijão perde participação ao longo desses onze anos, caindo de 21,00% para menos de 10,00% no total da área plantada em Chapecó; assim como o trigo, que chegou a ter uma modesta expansão nos últimos anos em resposta à melhora relativa nos preços pagos ao produtor, posteriormente recuando, dadas as dificuldades climáticas de manter a cultura na região.

É pertinente notar a elevada ascensão da cultura da soja frente a uma perda relativa de importância da cultura do milho no município. Em 2001 o trigo respondia por 66,45% do total de área plantada em Chapecó, porém, no ano de 2011, perdeu representatividade, caindo para 26,66%. Por outro lado, a soja respondia em 2000 por 19,01% do total da área destinada a culturas temporárias, mas já em 2011 respondia por 47,91% do total, ultrapassando o milho e tornando-se a cultura temporária mais importante no município de Chapecó dos últimos dois anos (2010 e 2011). Esse resultado não é gratuito, pois nos últimos dez anos os preços relativos da soja têm sido mais favoráveis que o do milho na região Sul, sendo natural, portanto, uma substituição das culturas, no que tange à racionalidade do produtor individual. No entanto, do ponto de vista regional, isso não tem sido benéfico para o beneficiamento de suínos e frangos na região, que com a diminuição na oferta de insumos locais necessitam importar do Centro-Oeste uma quantidade maior de milho, diminuindo as margens dos produtores rurais da região de Chapecó (CEPEA, 2012).

⁴ O leitor interessado em discussões econômicas e sociológicas sobre desenvolvimento rural no Brasil pode consultar Kageyama (2008).

Figura 2 – Participação das culturas temporárias no total da área plantada de Chapecó, 2000-2011

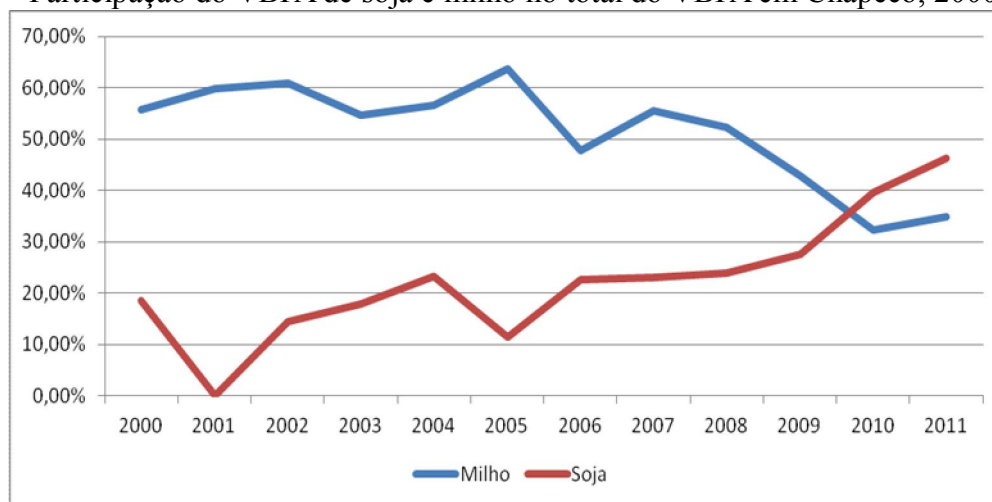


Fonte: Elaborada pelos autores a partir de IBGE (2011).

Nota: Não há dados de produção para soja para o ano de 2001.

Essa substituição de áreas destinadas às duas culturas se reflete também no comportamento do valor bruto da produção agropecuária. A Figura 3 apresenta o mesmo comportamento em formato de “X” da participação das culturas de milho e soja no total do valor bruto da produção agropecuária das culturas temporárias no município de Chapecó. A soja em 2011 representou 46,51% do total do valor bruto da produção agropecuária, adicionado pelas culturas temporárias, enquanto o milho seguiu sua trajetória descendente e representou 34,81% do total.

Figura 3 – Participação do VBPA de soja e milho no total do VBPA em Chapecó, 2000-2011



Fonte: Elaborada pelos autores a partir de IBGE (2011).

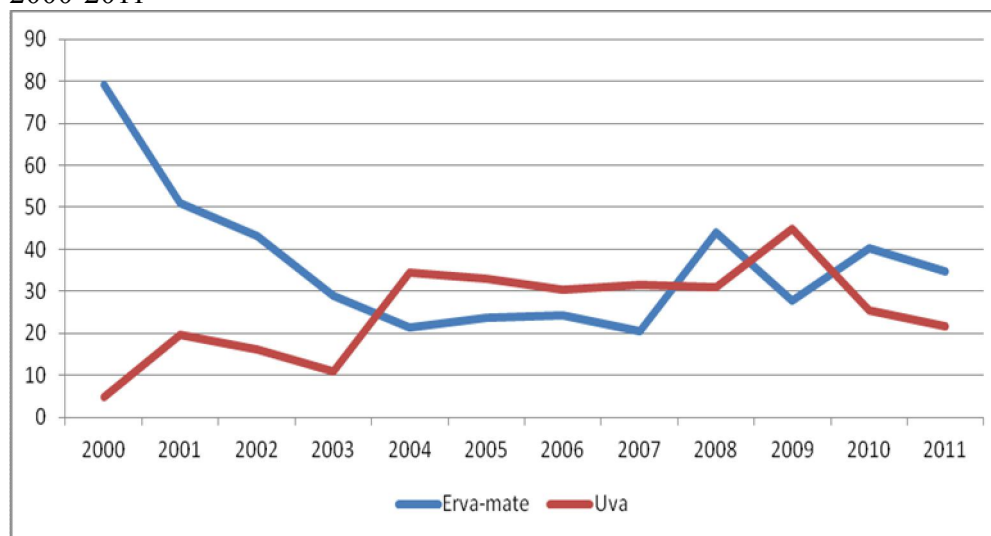
Destaca-se, portanto, que 2011 foi um ano em que os preços agrícolas estiveram em alta (CEPEA, 2012), sobretudo o preço relativo das *commodities* soja-milho, o que reforçou a substituição de áreas plantadas entre essas culturas permanentes em Chapecó, frente a uma estabilidade (e em alguns casos, diminuição) de outras culturais locais. Embora esse comportamento seja resultado das livres forças do mercado e de decisões individuais dos produtores, Chapecó deve planejar-se para um possível cenário de agravamento da insuficiência de oferta regional de insumos para a agroindústria, mesmo porque a oferta local regional nunca foi suficiente para o abastecimento dessa atividade, fundamental para o desenvolvimento regional.

Do ponto de vista das atividades agrícolas permanentes, os últimos onze anos não apresentaram mudanças significativas, ocupando uma área de 1.021 hectares em 2011, estatisticamente a mesma área de 2000. Dentre as culturas, a erva-mate continua a ser o produto de maior proporção, com aproximadamente 60% da área plantada.

No entanto, quando se analisa o comportamento do valor bruto da produção das culturas permanentes nos últimos onze anos, destaca-se a dinâmica da erva-mate e da uva, que é apresentada na Figura 4. A cultura permanente da erva-mate deixou de representar, em termos monetários, importância relativa na economia de Chapecó, em virtude do fechamento de pequenas indústrias beneficiadoras locais no início dos anos 2000, caindo de aproximadamente 80,18% para 33,08% em 2011.

Por outro lado, essa queda é contrabalanceada pela ascensão do cultivo de uva, que se elevou de menos de 5,00% em 2000, para uma participação de mais de 20,00% no valor bruto da produção de culturas permanentes no município de Chapecó. Ressalta-se que, apesar desse comportamento, essas culturas representam uma participação muito pequena no total das atividades agropecuárias do município, porém são muito importantes no fornecimento de produtos oriundos de Unidades de Produção Agropecuária diversificadas.

Figura 4 – Participação no VBPA total das culturas permanentes da erva-mate e uva em Chapecó, 2000-2011



Fonte: Elaborada pelos autores a partir de IBGE (2011).

No que tange ao comportamento do setor de pecuária municipal, registrou um cenário de intensas transformações nos últimos onze anos, bem como em 2011, o que é apresentado pela Tabela 1. Inicialmente é importante notar que os dados não são individualmente comparáveis, pois se tratam de rebanhos medidos em cabeças, e não é possível comparar diretamente cabeças de frango e vacas de leite⁵.

Tabela 1 - Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho, em número de cabeças em Chapecó, 2000-2011

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Bovino	30.630	31.100	31.566	32.866	33.930	35.000	36.000	41.560	42.500	43.000	43.000	44.650
Var(%)	-	1,53	1,50	4,12	3,24	3,15	2,86	15,44	2,26	1,18	0,00	3,84
Suínos	84.690	85.735	81.850	101.860	116.038	117.800	118.100	115.100	135.915	135.950	135.950	139.539
Var(%)	-	1,23	-4,53	24,45	13,92	1,52	0,25	-2,54	18,08	0,03	0,00	2,64
Ovino	3.750	3.950	4.230	4.800	5.100	5.300	5.400	4.523	5.090	5.100	7.950	8.100
Var(%)	-	5,33	7,09	13,48	6,25	3,92	1,89	-16,24	12,54	0,20	55,88	1,89
Aves	3.487.855	3.556.500	3.756.550	3.276.630	3.469.800	4.664.245	4.664.350	4.664.350	5.794.304	5.794.363	5.782.522	5.820.408
Var(%)	-	1,97	5,62	-12,78	5,90	34,42	0,00	0,00	24,23	0,00	-0,20	0,66

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de IBGE (2011).

⁵ Uma dificuldade que seria contornada com o valor da produção, no entanto, o IBGE não coleta esses dados, exceto para anos censitários.

Verifica-se, na Tabela 1, que a atividade de suinocultura registrou uma trajetória ascendente nos últimos onze anos, mesmo com as crises recentes nessa atividade produtiva, fruto dos choques exógenos de preços internacionais e do encarecimento dos principais insumos. No entanto, é provável que, após 2011, a taxa média de crescimento dos últimos onze anos caia, em virtude da severidade da crise de 2011 que atingiu um setor em que muitos produtores locais deixaram a atividade (CEPEA, 2011).

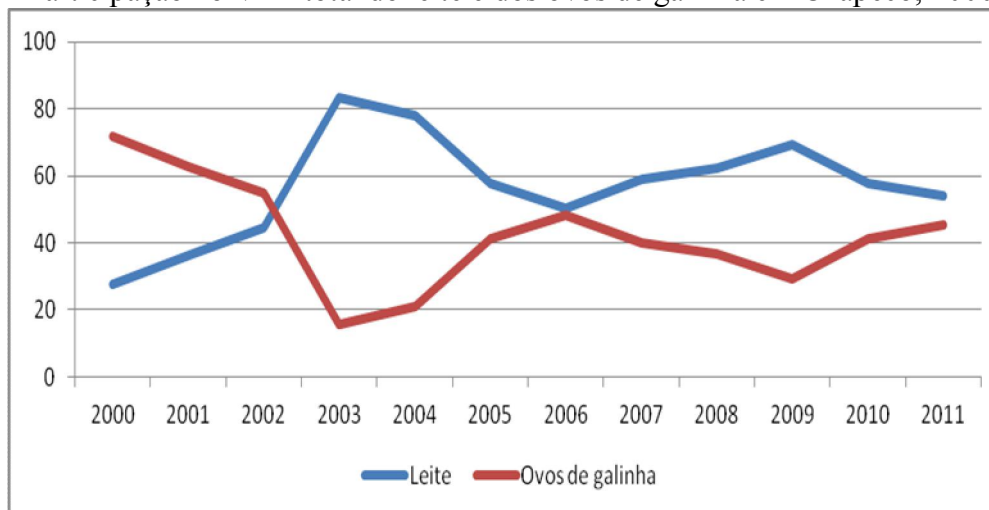
Ademais, a outra atividade pecuarista hegemônica no município, a avicultura, registrou forte crescimento médio anual, na casa de 5,44%, nos últimos onze anos, em virtude do desenvolvimento tecnológico do setor nos anos 2000, e da melhora nos preços relativos da atividade internacionalmente, com o ganho de mercado externo da carne de frango brasileira na Europa, África e em alguns países árabes (MDIC, 2012). Os dados de 2011 revelam que não há sinais de enfraquecimento do efetivo de aves no município de Chapecó, mesmo frente à diminuição de área agropecuária útil.

No entanto, o que chama atenção é o crescimento da atividade de criação de bovinos no município de Chapecó, com um crescimento médio anual de 3,56% nos últimos dez anos, mesmo frente à limitação de área para tal atividade. De fato, como os dados do último censo agropecuário revelam, houve uma migração da atividade de criação bovina e de produção leiteira do Norte para a Mesorregião Oeste de Santa Catarina (IBGE, 2006). Uma migração ocasionada pela existência de vantagens comparativas no Oeste frente ao crescimento industrial do Norte, bem como pela política de subsídios para a atividade leiteira no estado.

Um resultado imediato dessa nova dinâmica se reflete no valor da produção dos produtos de origem animal⁶, que registra um ganho de participação da produção de leite no município, como apresentado na Figura 5, que compara a evolução de dois produtos: leite e ovos de galinha.

⁶ No total da produção de origem animal entram os seguintes produtos: ovos de galinha, ovos de codorna, leite, mel de abelha e lã.

Figura 5 – Participação no VPB total do leite e dos ovos de galinha em Chapecó, 2000-2011



Fonte: Elaborada pelo autor a partir de IBGE, 2011.

Percebe-se que no início dos anos 2000 a produção leiteira registrou um elevado crescimento na participação do seu valor bruto da produção no total dos produtos de origem animal, respondendo por aproximadamente 80,00% da produção total em 2003. No período também se registrou uma queda na participação dos ovos de galinha, explicada em grande parte pela ascensão do leite na região, em oposição há uma queda relativa na sua produção.

O ano de 2011 consolidou uma trajetória dinâmica de equalização das participações dos dois produtos no total do valor bruto da produção de origem animal, sendo que leite e ovos de galinha representam aproximadamente 53,00% e 45,00% do total, respectivamente. Restou, portanto, pouquíssimo espaço para os demais produtos de origem animal, com o mel e a lã, por exemplo, com participações inferiores a 1,00%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse artigo foi apresentar um texto técnico sobre a evolução das regularidades do setor agropecuário no município de Chapecó, destacando os dados da produção, área plantada e valor bruto da produção dos produtos de origem animal e vegetal do município de Chapecó, divulgados anualmente pelo IBGE.

Nesse sentido, o ano de 2011 parece indicar uma consolidação de uma trajetória da dinâmica econômica no setor agropecuário do município, principalmente nas transformações ocorridas na produção de culturas temporárias na agricultura, e no crescimento do efetivo bovino

e no conseqüente crescimento da produção leiteira. De maneira geral, os dados apontam que a especialização agropecuária inicial dos anos 1990 e início dos anos 2000, vem se traduzindo numa diversificação produtiva no longo prazo.

No lado positivo dessa emergência de culturas destaca-se a consolidação, em 2011, do crescimento de uma década do efetivo de bovinos e da produção de leite. Já nas culturas agrícolas permanentes, destaca-se o avanço modesto, mas importante do cultivo de uva, que expande atividades de beneficiamento artesanal de vinhos, frutas e derivados locais. Como aponta North (1959), tais produtos exigem o beneficiamento local da produção, o que induz o fortalecimento do fluxo circular da renda do município, gerando mais empregos e renda para as famílias chapecoenses.

No entanto, o lado negativo dessa recente diversificação é reservado à evolução da produção de soja no município, que vem substituindo a área destinada ao milho. Reconhece-se que do ponto de vista individual não há espaço para dúvida que se os preços relativos da soja estão mais favoráveis que os do milho, o produtor opta por essa cultura. No entanto, coletivamente isso tem conseqüências negativas, principalmente para a agroindústria, que depende do milho como um de seus principais insumos para a nutrição animal.

Os possíveis resultados do aumento de área destinada para a soja, frente a um cenário de restrição de capacidade produtiva agropecuária, podem ser sintetizados em dois pontos: 1) a necessidade de uma maior importação de fora do município de insumos para agroindústria; 2) uma maior desigualdade na propriedade da terra no município no longo prazo, dado que a manter-se tal tendência, a soja exige escala, gerando, portanto, concentração fundiária. Não obstante, sob o leque da teoria de North (1959), produtos que exigem escala, como a soja, estão correlacionados com baixos níveis de desenvolvimento econômico e social⁷.

Diante desses pontos fortes e fracos, o município deve estar preparado para identificar a tempo as possíveis ameaças e oportunidades que podem influenciar o comportamento do seu setor agropecuário, adotando políticas públicas corretas no presente para que o setor esteja apto a proteger-se das dificuldades, bem como potencializar os bons resultados das experiências positivas, gerando renda e emprego para Chapecó.

⁷ O leitor interessado pode ver um teste empírico para a teoria da importância da agropecuária no crescimento econômico regional em Oliveira e Pereira (2011). Nesse texto, os autores demonstram que os municípios gaúchos que se especializaram no ano de 1970 em uva, leite, suínos e frango cresceram, em média, mais ao longo de 40 anos do que aqueles que se especializaram em soja, milho e arroz, por exemplo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Produção Agrícola Municipal**. IBGE: Rio de Janeiro, v. 38, p. 1-97, 2011. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

_____. **Produção Pecuária Municipal**. IBGE: Rio de Janeiro, v. 39, p. 1-63, 2011. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 25 de mar. 2013.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. IBGE: Rio de Janeiro, p. 1-267, 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Relatório DECOM**. Defesa comercial: antidumping – medidas compensatórias – salvaguardas. Secretária de Comércio Exterior, Departamento de Defesa comercial, p. 81, 2011. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/portalmDIC/arquivos/dwnl_1347468009.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2013.

CEPEA, Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – ESALQ/USP. **Informativo CEPEA**: conjuntura de mercado. Ano 11, ed. 557, set. 2012. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/mandioca/analises_semanais/38Set%202012/02Inf557.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2013.

_____. **Indicadores de suíno vivo**. Banco de dados, 2012. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/suino/>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

NORTH, D. C. Agriculture in regional economic growth. **Journal of Farm Economics**, v. 41, n. 5, dec. 1959.

OLIVEIRA, G.; PEREIRA, A. S. O. Diferencial de desempenho socioeconômico dos municípios gaúchos 1970-2000. **Ensaio FEE**, v. 31, p. 599-634, 2011.

NEGÓCIOS EM CHAPECÓ

*Johnny Luiz Grando*⁸

A análise do item “Negócios” foi realizada a partir de dados referentes às atividades econômicas legalmente cadastradas e baixadas, que são registradas junto ao setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Chapecó, onde o uso destas informações possibilita identificar o crescimento econômico local, seja ele baseado no desempenho total ou por segmento. Para comparações em níveis mais ampliados, foram utilizadas informações do Ministério do Trabalho (MTE), a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) informadas pelas empresas, quando num segundo momento os dados poderão ser comparados em âmbito regional e nacional.

O Brasil é reconhecido mundialmente por seu elevado potencial empreendedor. Segundo o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP), uma pesquisa realizada pela Global Entrepreneurship Monitor (GEM), em 59 países, revelou que em 2010 o Brasil detinha a maior Taxa de Empreendedores em estágio inicial, com um percentual de 17,5%.

O empreendedorismo se popularizou no Brasil a partir da década de 1990 e ganhou ainda mais força com a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (2007) e a Lei do Microempreendedor Individual (MEI) em 2008. Essa mesma pesquisa apontou que no Brasil existem 21,1 milhões de empreendedores, perdendo somente para a China em números absolutos. Nos últimos cinco anos, a média foi de 600 mil novos negócios por ano, devem-se somar a isso os Microempreendedores Individuais, que chegam a 1,5 milhões de registros.

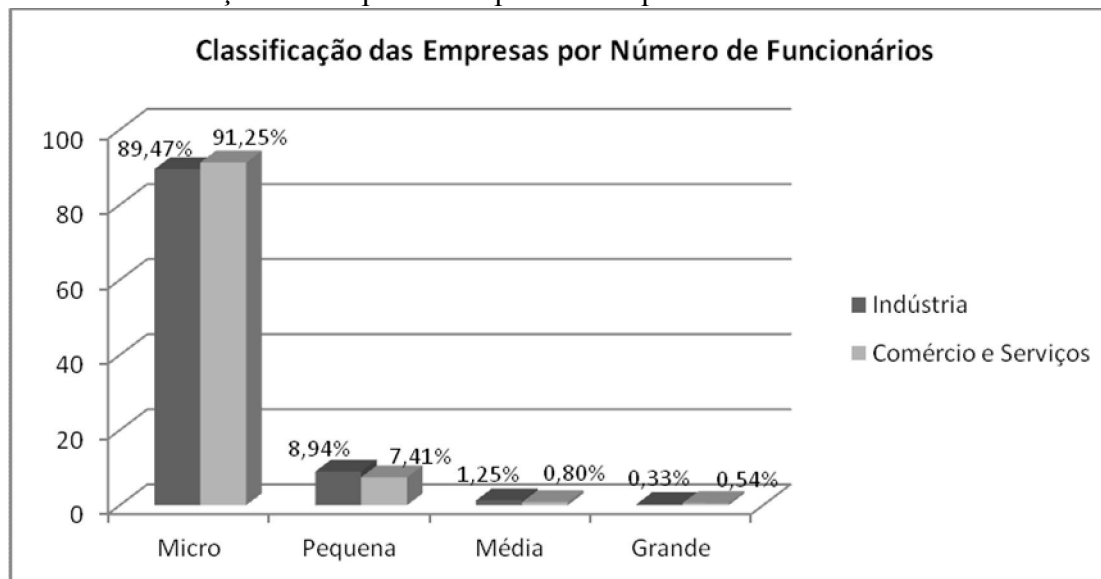
Os dados do MTE referentes a 2011, apresentados na Figura 1, mostram que foram utilizadas as empresas legalmente registradas em Chapecó naquele ano, segundo a metodologia utilizada pelo SEBRAE, para classificação das empresas quanto ao porte, então se conclui que cerca de 90% dos estabelecimentos chapecoenses são microempresas.

Entre as indústrias instaladas no município, 89,47% são micro (até 19 empregados), as pequenas (de 20 a 99 empregados) são 8,94% e as demais 1,58% se dividem entre médias (de 100 a 500 empregados) e grandes (acima de 500 empregados). Merece destaque o fato de que foram

⁸ Especialista em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas, professor licenciado do curso de Ciências Econômicas da Universidade Comunitária da Região de Chapecó e-mail: johnny@unochapeco.edu.br.

apenas quatro as empresas que possuíam mais de 500 empregados e se classificaram como grandes.

Figura 1 - Classificação das empresas chapecoenses quanto ao número de funcionários em 2011



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2012).

Identificou-se que no setor de Comércio e Serviços 91,25% são microempresas (até 9 empregados), enquanto as pequenas (entre 10 e 49 empregados) representam 7,41% dos estabelecimentos e somente 1,34% das empresas são consideradas médias e grandes, por empregarem acima de 50 funcionários.

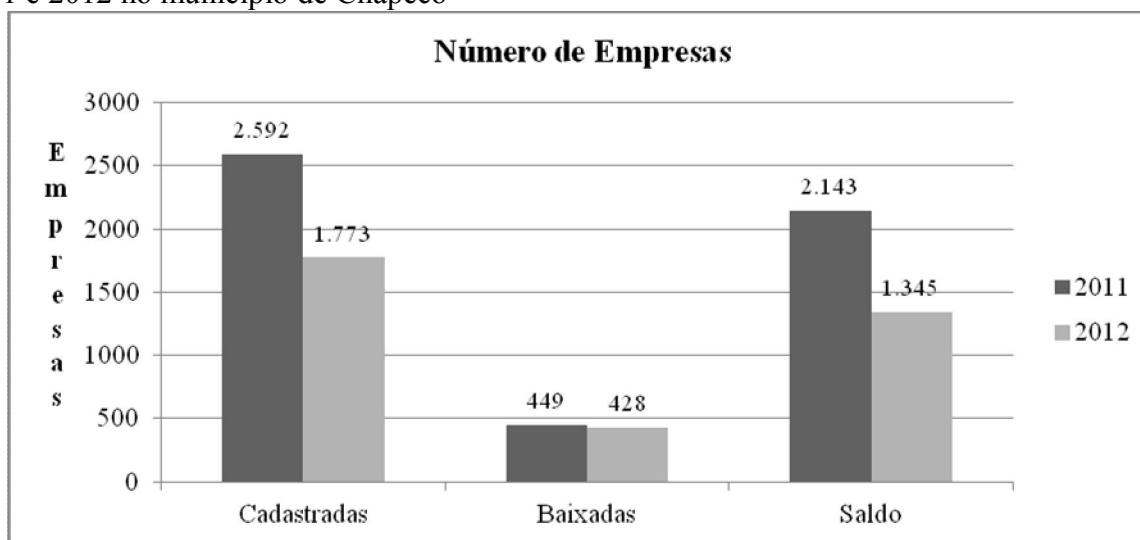
Os novos empreendimentos de Chapecó são impulsionados pelo fato do município se caracterizar como polo econômico regional, recebendo investimentos e consumidores não só dos municípios vizinhos, mas também de outras regiões, inclusive outros estados e países.

Apesar da crise econômica registrada em 2008 e uma recuperação significativa em 2010 atingir indistintamente todos os setores da economia, principalmente no segundo semestre, os dados demonstraram que o crescimento do município está fundamentado na diversidade das atividades dos setores analisados, com um efeito positivo sobre o conjunto das atividades econômicas locais e regionais, com foco na base exportadora regional, ou seja, nas atividades agroindustriais. Porém, no período de 2011 e 2012, as políticas macroeconômicas aplicadas via consumo não foram suficientes para que os indicadores de crescimento analisados apresentassem resultados significativos.

A Figura 2 apresenta o comparativo entre os anos de 2011 e 2012, quanto ao número de empresas cadastradas e baixadas junto à Prefeitura Municipal de Chapecó.

O cadastro de novas empresas apresentou redução de 31,60%, partindo de 2.592 novos registros em 2011 para 1.773 em 2012. No mesmo período, o número de empresas baixadas apresentou redução de 4,28%, passando de 449 para 428 empresas baixadas. Desta forma, o saldo negativo de (37,24%) deve-se principalmente à efetiva redução no número de novos cadastros, em comparação com a baixa de empresas já existentes.

Figura 2 - Comparativo do número de empresas cadastradas, baixadas e saldo entre os anos de 2011 e 2012 no município de Chapecó



Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó (2013).

A redução no número de novos negócios em Chapecó no ano de 2012, comparado ao ano de 2011, pode ser reflexo da redução da atividade econômica no país no mesmo período. O PIB 2012 foi de 0,9%, sendo serviços (1,7%), agropecuária (-2,3%) e, principalmente, o setor indústria (-0,8%), que confirmam os resultados sentidos no município de Chapecó. Assim, os dados analisados demonstram que, embora de forma tardia, o Brasil também foi afetado pela crise econômica que assombra grande número de países, principalmente no continente europeu.

Na Tabela 1 são mostradas as empresas cadastradas e baixadas, nas diferentes categorias, nos anos de 2011 e 2012. Observa-se que nos dois anos a Prestação de Serviços liderou os novos cadastros, em 2011 representou 48,07% das novas empresas e em 2012 48,11% dos cadastros, ou seja, 1.246 e 853 empresas respectivamente. O comércio ocupou a segunda colocação com 36,81% (954 empresas) em 2011 e 38,18% (677 empresas) em 2012.

Apesar destes números, o comércio é o setor que apresentou as maiores baixas nos dois anos analisados, foram 187 empresas em 2011 e 177 empresas em 2012, o que representa 41,65% e 41,36%, respectivamente, do total de empresas baixadas nestes anos. Na sequência, em segunda posição aparecem os autônomos e os prestadores de serviços.

Tabela 1 - Número de atividades cadastradas e baixadas no município de Chapecó, nos anos de 2011 e 2012

Atividades	2011		2012	
	Cadastradas	Baixas	Cadastradas	Baixas
Outros	17	2	18	2
Indústrias	106	17	65	20
Hotéis	4	0	3	0
Comércios	954	187	677	177
Pres. serviços.	1.246	98	853	110
Autônomos	187	123	118	111
Profissionais liberais	16	13	7	1
Escritórios gerência/depósitos	9	4	8	1
Associações e clubes	53	5	24	6
Total	2.592	449	1.773	428

Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó (2013).

É importante que se observe o segmento “indústria”, pois apesar do número de cadastros de 2012 ser inferior ao de 2011, apresentou saldo positivo de 45 novas empresas. Este é um segmento que geralmente necessita de investimentos significativos, sendo afetado diretamente pela retração econômica, porém costuma gerar maior valor agregado e conseqüentemente mais arrecadação ao município.

O incipiente de baixo crescimento da economia brasileira em 2012 se comprovou com a divulgação de que o PIB de 2012 obteve um acréscimo de apenas 0,9%. A política econômica que, entre outros aspectos, deu ênfase ao mercado interno via crédito e consumo, através de juros baixos e desoneração de setores econômicos, principalmente a indústria automotiva e construção civil, através da redução do IPI, o que não foi suficiente para manter o ritmo de crescimento dos anos anteriores.

Diante deste cenário, a economia chapecoense é atingida pelos reflexos da economia nacional e sofre retração, haja vista que diante de um cenário de incertezas, o número de novos empreendimentos tende a ser reduzidos.

Essas informações contribuem para afirmar que, apesar das políticas mencionadas impactarem em todos os segmentos de “negócios” como num todo, o município vem se configurando como um centro regional de prestação de serviços e comércio, atendendo à demanda de municípios menores, os quais buscam em Chapecó atividades não disponíveis ou pouco desenvolvidas em suas localidades.

REFERÊNCIAS

CHAPECÓ - Prefeitura Municipal de Chapecó. **Secretaria de Tributos**. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE (IBQP). **Empreendedorismo no Brasil 2011**. Disponível em: <<http://www.ibqp.org.br/gem/publicacoes-detail.php?id=84>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Caged Estatístico**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/geral/estatisticas.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2013.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Disponível em: <<http://www.sebraemg.com.br/Home/HomePortal.aspx>>. Acesso em: 03 de abr. 2013.

O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE CHAPECÓ

*José Martins dos Santos*⁹

Neste texto analisa-se o comércio internacional, com ênfase nos indicadores de exportações, importações e saldos. No contexto analisado, ressalta-se a balança comercial com os principais países de destino das exportações e principais países de origem das importações, os blocos econômicos e os setores, subdivididos em bens de capital, bens intermediários e bens de consumo.

O município de Chapecó caracteriza-se como polo agroexportador especializado na produção de bens primários de baixo valor agregado, com forte dependência tecnológica e biotecnológica, assim como de pacotes de insumos básicos para a produção de medicamentos animais e fertilizantes. Não dispõe de uma indústria consolidada, fornecedora de base tecnológica, constituindo-se, portanto, em um grande importador de tecnologia agroindustrial e de bens finais. Contudo, em que pese sua vocação primária, destaca-se pela exportação de bens de capital, podendo estar em curso um processo de industrialização predominantemente no setor agroindustrial.

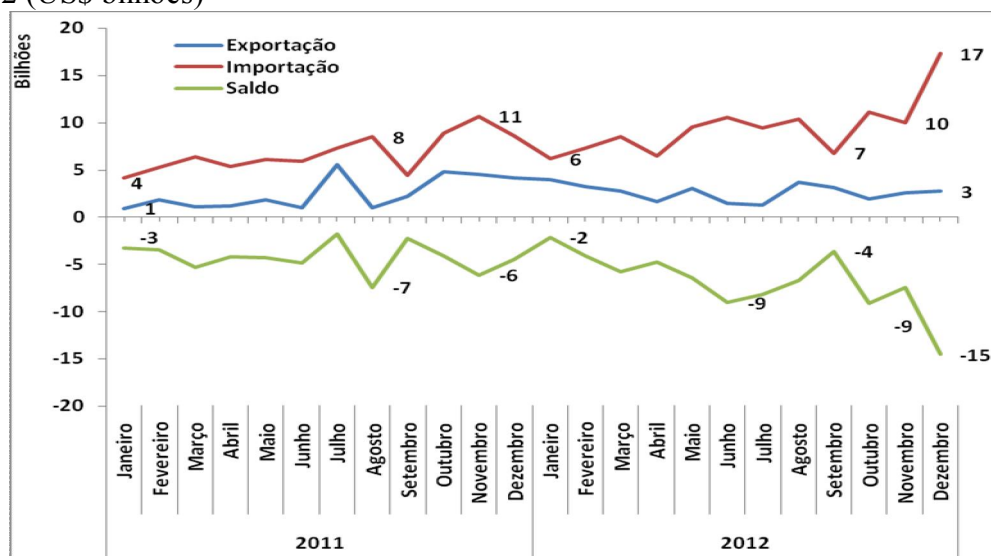
Os indicadores apontaram um volume de exportações da ordem de US\$ 29,8 bilhões, contra um montante de US\$ 81,4 bilhões em importações, configurando-se um déficit comercial de US\$ 51,6 bilhões em 2011. A corrente de comércio avançou significativamente em 2012, período em que as exportações alcançaram US\$ 31,3 bilhões, mas as importações foram muito superiores, totalizando US\$ 113,3 bilhões. O valor das exportações cresceu 4,83%, enquanto as importações cresceram 39,1%, elevando o déficit para US\$ 81,9 bilhões, ou seja, 58,8% superior a 2011.

O déficit fica mais evidente quando se analisam os respectivos meses de referência. No mês de janeiro de 2012, caiu em 33% em relação a janeiro de 2011. Entretanto, nos meses seguintes do primeiro trimestre aumentou 18,5% e 8,6%. Porém, no segundo trimestre cresceu em média 50%, no terceiro 138,6% e no quarto trimestre 122,5%, com recordes nos meses de

⁹ Mestre em Economia do Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica/RS, professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, e-mail: martins.js@unochapeco.edu.br.

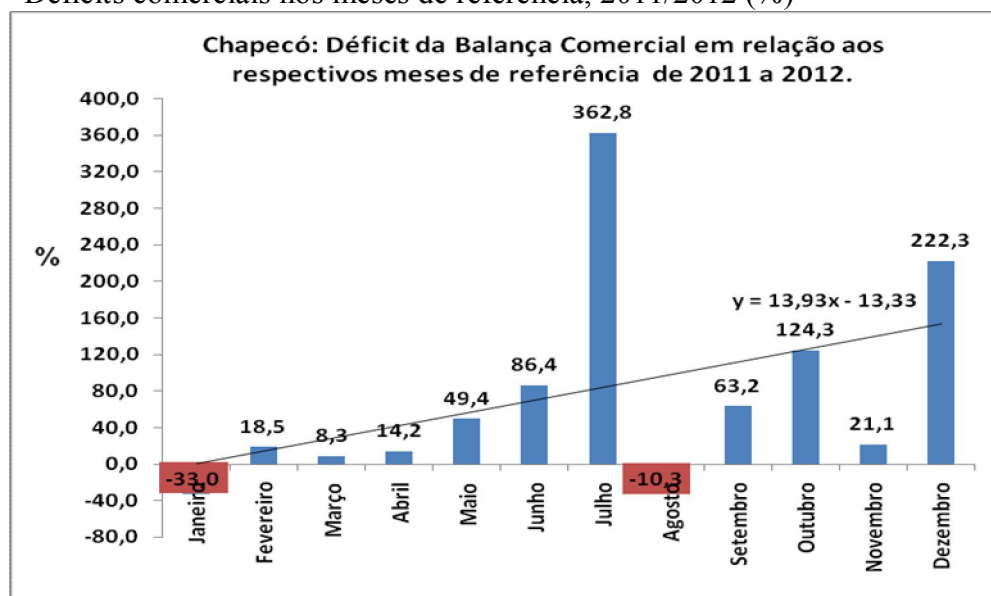
julho 362,8% e dezembro 222,3%, o que mostra características crescentes e persistentes de tais déficits comerciais, ilustrados nas Figuras 1 e 2.

Figura 1 - Comércio internacional, volume das exportações, importações e saldos comerciais, 2011/2012 (US\$ bilhões)



Fonte: Elaborada pelo autor com base em Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2013).

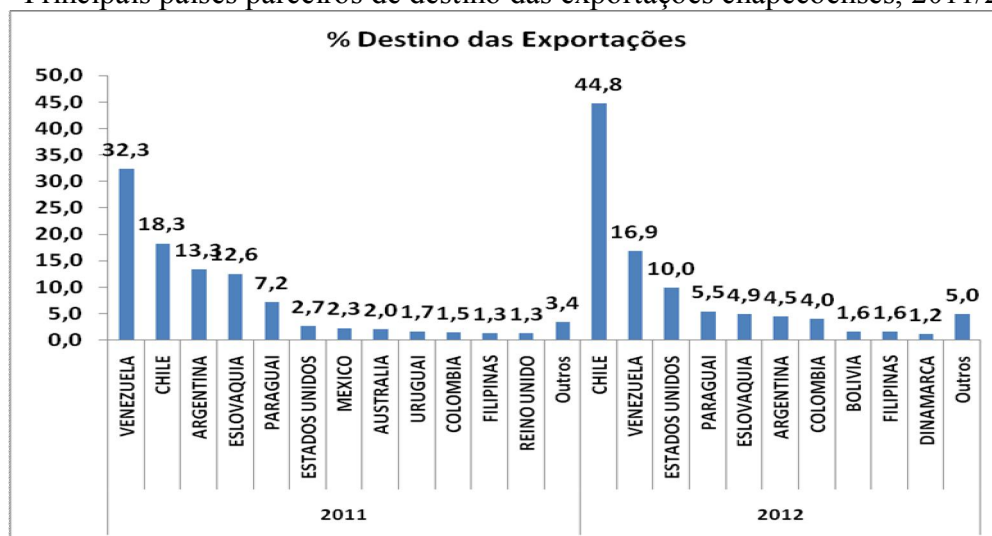
Figura 2 - Déficits comerciais nos meses de referência, 2011/2012 (%)



Fonte: Elaborada pelo autor com base em Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2013).

No tocante aos países de destino das exportações, a Venezuela assumiu o *ranking* dos principais parceiros comerciais em 2011, representando 32,3% do total exportado. Seguido pelo Chile 18,2%, Argentina 13,3%, Eslováquia 12,5%, Paraguai 7,2%, Estados Unidos 2,6%, México 2,3%, Austrália 2,0%, Uruguai 1,7% e Colômbia 1,5%, como apontam os indicadores da Figura 3.

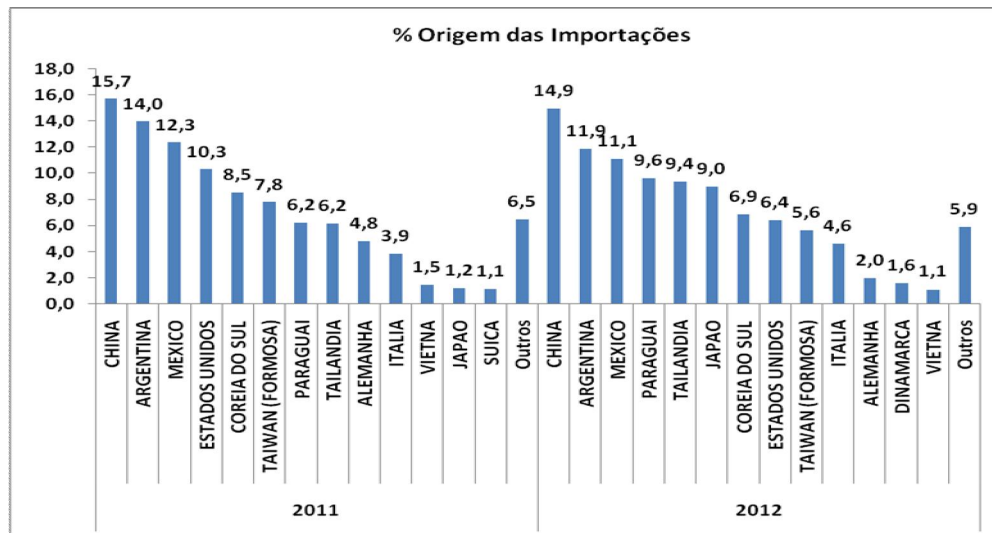
Figura 3 - Principais países parceiros de destino das exportações chapecoenses, 2011/2012 (%)



Fonte: Elaborada pelo autor com base em Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2013).

No ano de 2012 o Chile assumiu o ranking dos países de destino das exportações chapecoenses, com 44,8%, ficando a Venezuela em segundo lugar com 16,9%. Porém, os Estados Unidos, que representavam o sexto colocado em 2011, tornaram-se o terceiro maior parceiro comercial com 9,9% em 2012. O Paraguai, com 5,5%, ganhou uma posição e a Eslováquia, com 4,9%, perdeu uma posição no ranking dos maiores parceiros comerciais do município de Chapecó.

Figura 4 - Principais países parceiros de origem das importações chapecoenses, 2011/2012 (%)

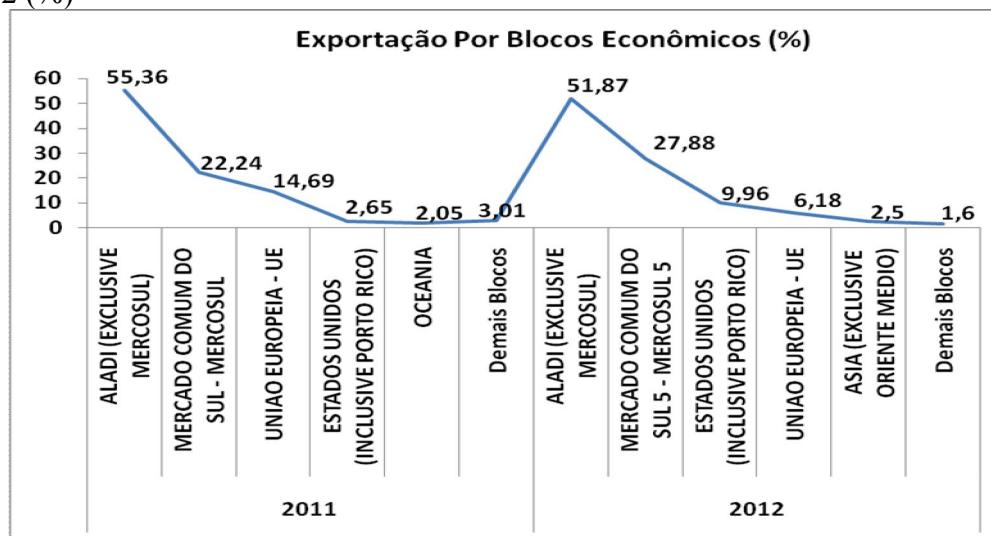


Fonte: Elaborada pelo autor com base em Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2013).

Com relação às importações, a China assumiu o ranking do principal parceiro comercial em 2011 e 2012. As importações daquele país representaram 15,7% e 14,9% respectivamente, seguidos por Argentina 14,3% e 11,9% e México 10,3% e 11,1%. Os Estados Unidos representaram, em 2011, 10,3%, porém reduziram consideravelmente suas vendas para 6,4% em 2012, perdendo posição para o Paraguai (9,6%), Tailândia (9,4%), Japão (9,0%) e Coreia do Sul (6,9%).

Outro aspecto relevante refere-se às exportações entre os blocos econômicos. Conforme ilustra a Figura 5, a ALADI continua dominante em termos de participação e destino das exportações oriundas de Chapecó, representando em 2011 um índice de 55,4%, com ligeira redução em 2012 (51,9%). As vendas para o Mercosul avançaram de 22,3% em 2011 para 27,9% em 2012, constituindo-se no segundo bloco econômico comprador dos produtos chapecoenses.

Figura 5 - Principais blocos econômicos parceiros de destino das exportações chapecoenses, 2011/2012 (%)

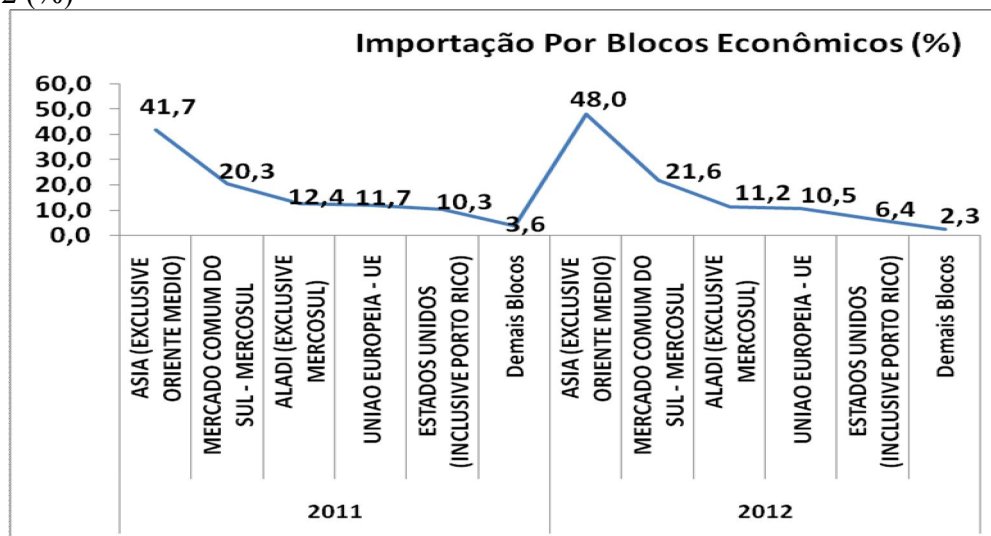


Fonte: Elaborada pelo autor com base em Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2013).

Por sua vez, a União Europeia diminuiu a participação de 14,7% para 9,9%, refletindo assim o contexto da crise econômica vivida por aqueles países. Estados Unidos e Oceania ficaram em 4º e 5º lugar com 2,7% e 2,1% respectivamente em 2011. Porém, em 2012, os Estados Unidos aumentaram 2,33 vezes suas compras, demonstrando o processo de recuperação econômica daquele país.

No tocante às importações realizadas pelo município de Chapecó por blocos econômicos, verifica-se que a Ásia (exclusive Oriente Médio) representou em 2011 41,7% e 48,0% em 2012. O segundo bloco mais importante é o Mercosul com 20,3% em 2011 e 21,6% em 2012. Em seguida encontra-se a Aladi (exclusive Mercosul) com 12,4%, União Europeia com 11,7% e os Estados Unidos (inclusive Porto Rico), com 10,3%, ambos em 2011. Para 2012 mantiveram-se os mesmos blocos e praticamente os mesmos percentuais em ranking de importância das importações chapecoenses, como observado na Figura 6.

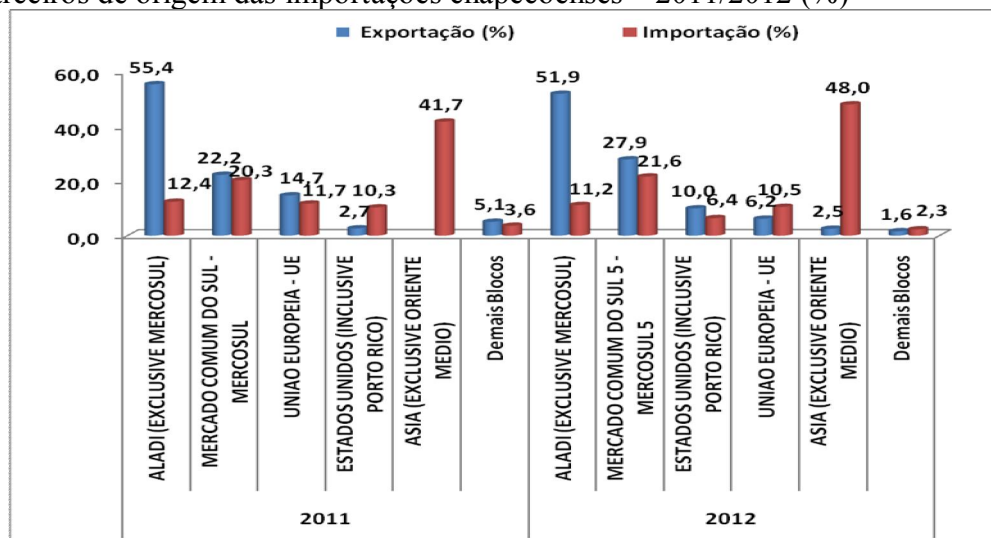
Figura 6 - Principais blocos econômicos parceiros de origem das importações chapecoenses, 2011/2012 (%)



Fonte: Elaborada pelo autor com base em Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2013).

Verificam-se, nessa análise comparativa, discrepâncias entre os principais blocos parceiros de destino das exportações e principais blocos parceiros de origem das importações, ou seja, ocorre um desequilíbrio entre os blocos para os quais o município exporta (destino das exportações) e os blocos dos quais o município importa (origem das importações). Enquanto a Aladi, por exemplo, assume o topo do *ranking* dos parceiros de destino das exportações com 55,4% em 2011 e 51,9% em 2012, no que se refere às importações o bloco representou apenas 12% em 2011 e 11% em 2012. O *ranking* das importações no período ficou com a Ásia, que representou 41,7% em 2011 e 48,0% em 2012.

Figura 7 - Principais blocos econômicos parceiros de destino das exportações *versus* principais blocos parceiros de origem das importações chapecoenses – 2011/2012 (%)

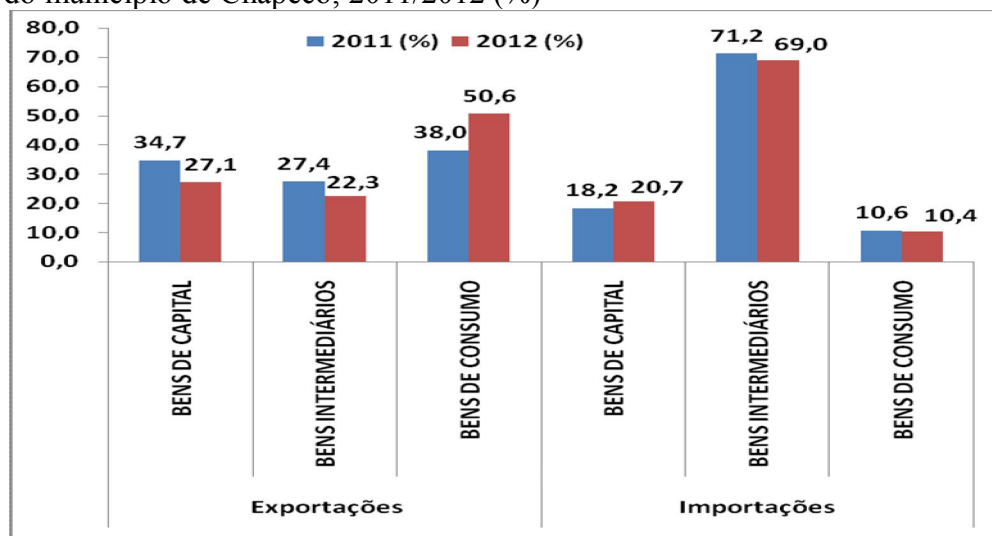


Fonte: Elaborada pelo autor com base em Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2013).

Para o Mercosul, a balança comercial encontra-se relativamente equilibrada. Em 2011 comprou do município 22% e vendeu 20% do montante de comércio. Em 2012 as compras permaneceram superiores com 28% e as vendas representaram 22%. Situação semelhante à da União Europeia, que em 2011 suas compras foram da ordem de 15% e as vendas 12%, porém em 2012 ocorreu uma inversão, o bloco comprou 6% e vendeu 11%. Já os Estados Unidos compraram do município 3%, mas venderam 10% em 2011. No ano seguinte, as compras aumentaram 6% e as vendas 11%. Tal desequilíbrio, entretanto, é inerente às próprias condições de comércio, em que operam os mecanismos da demanda e os determinantes da oferta de bens e serviços entre o município e o resto do mundo.

Por último, analisou-se o fluxo de comércio de acordo com os setores de bens de capital, bens intermediários e bens de consumo, como captam os indicadores da Figura 8. Observa-se que o município é um grande exportador de bens de capital 34,7% em 2011 e 18,2% em 2012, com importações de 27,1% e 20,7%, respectivamente, ou seja, embora o município especialize-se em bens de consumo primários, sua balança comercial nesse setor apresenta-se superavitária.

Figura 8 - Fluxo de comércio por setores de bens de capital, bens intermediários e bens de consumo do município de Chapecó, 2011/2012 (%)



Fonte: Elaborada pelo autor com base em Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2013).

Quanto aos bens intermediários, a relação se modifica sensivelmente. Enquanto o município exportou 27,4%, suas importações foram da ordem de 71,2% em 2011. Em 2012 as exportações caíram para 22,3%, mas as importações permanecem elevadas, com índice de 69%, demonstrando assim um significativo déficit comercial nesse setor. Como era de se esperar, o setor de bens de consumo apresentou-se superavitário, pois exportou 38% em 2011 e 50,6% em 2012. Entretanto, considera-se significativo o volume de importações de bens de consumo: US\$ 8,61 bilhões (10,6%) em 2011 e US\$ 11,75 bilhões (10,4%) em 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Chapecó ganha cada vez mais status de polo comercial internacional com uma corrente de comércio da ordem de US\$ 111,3 bilhões em 2011 e US\$ 144,6 bilhões em 2012. Decorrente disso, o município mantém um déficit comercial ascendente – US\$ 51,6 bilhões em 2011 e US\$ 82 bilhões em 2012. Tal déficit ocorre de forma diferenciada entre os parceiros comerciais, incluindo países e blocos econômicos, o município exporta para a ALADI, mas importa da Ásia. Quase metade de tudo o que se vende e se compra têm destino e origem nesses dois blocos, com o primeiro, um extraordinário superávit, e com o segundo, um déficit crônico, ou seja, a ALADI financia nossas importações. No período analisado, as exportações de bens de

capital mostraram-se significativas, fato extremamente positivo em uma economia de base primário. Pode-se afirmar, além disso, que há um relativo processo de industrialização em andamento, o qual se apresenta mais intenso no setor agroindustrial.

REFERÊNCIAS

MAIA, J. de M. **Economia internacional e comércio exterior**. São Paulo: Atlas, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). Disponível em: <www.mdic.gov.br>. Acesso em: 06 jun. 2013.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 2008.

COMÉRCIO EM CHAPECÓ

*Deise Maria Bourscheidt*¹⁰

*Fábio Júnior Piccinini*¹¹

As relações comerciais entre os países envolvem uma série de questões importantes. Conforme Beçak (2007, p. 19), “o comércio exterior envolve especificamente a troca de bens e serviços entre as nações. As relações entre os países ocorrem em dois níveis distintos, porém interdependentes – configurando um sistema de inputs e outputs”.

David Ricardo, importante economista da escola clássica, destacava a importância das relações comerciais entre os países por meio da teoria das vantagens comparativas, na qual destacou que cada país deveria especializar-se na comercialização do produto que trouxesse mais vantagem a ele.

Historicamente, os brasileiros sofreram com altas privações comerciais, decorrentes especialmente devido à instabilidade monetária presente no Brasil até os anos 1990. A expansão inflacionária inviabilizou as relações comerciais internas e externas, e esta situação refletiu no cotidiano de toda a população, que viam suas possibilidades de compra e venda reduzidas.

A estabilização monetária foi atingida com base no aperto do crédito, entre outros fatores, atingido com o uso de uma taxa de juros alta, refletida em uma taxa Selic de até 45% ao ano. Com o passar dos anos, o Brasil passou a mostrar resultados positivos em termos econômicos, o que resultou em melhoria nas vendas do comércio, tanto no varejo quanto no atacado, através das facilidades no acesso ao crédito e na redução da taxa de juros. No município de Chapecó, esta situação também mostrou melhorias ao longo dos anos, gerando um aumento no emprego e melhores salários aos trabalhadores destes setores.

Para realizar um estudo voltado a prospectar e mensurar o setor, com o objetivo de fornecer informações que possibilitem a produção de indicadores, o IBGE disponibiliza através da sua pesquisa anual do comércio uma série de dados, e a partir de 2000 o setor passou a ser avaliado também no âmbito regional, com estudos nas unidades federativas, tendo como variáveis

¹⁰ Mestre em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo, professora do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria, e-mail: deiseufsm@hotmail.com.

¹¹ Mestrando em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó, e-mail: fajpiccinini@unochapeco.edu.br.

investigadas: pessoal ocupado; salários, retiradas e outras remunerações; número de unidades locais com receita de revenda; receita bruta de revenda e de comissões sobre vendas, desagregados em cinco grupos de atividades, permitindo acompanhar o comportamento conjuntural do comércio varejista nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas.

A Tabela 1 mostra a evolução dos ganhos de receita bruta em Santa Catarina nos períodos entre 2003 e 2007, no qual as informações são apresentadas em 3 categorias: comércio de veículos, peças e motocicletas; comércio atacado e comércio varejista. Sendo que os resultados positivos desses últimos anos estão atrelados às mudanças políticas monetárias, principalmente no que diz respeito às reduções das taxas de juros que, segundo o Banco Central do Brasil, passaram de 25,36% no início de 2003 para 11,18% no final de 2007, resultando no aumento dos financiamentos bancários com menores taxas e crescimento no consumo das famílias.

Tabela 1 – Receita bruta de revenda de mercadorias no estado de Santa Catarina de 2003 a 2007

	Receita bruta de revenda de mercadorias (Mil Reais)				
	2003	2004	2005	2006	2007
1. Total	31.157.734	38.195.572	47.746.399	53.189.187	63.451.290
2. Comércio de veículos, peças e motocicletas	4.229.433	4.861.175	6.837.070	7.055.138	9.362.038
3. Comércio por atacado	12.570.160	15.733.639	18.906.929	21.401.204	26.995.141
3.1 Produtos alimentícios, bebidas e fumo	2.190.528	2.817.223	3.311.260	3.582.151	4.225.026
3.2 Artigos de uso pessoal e doméstico	1.285.866	1.599.681	2.307.695	2.793.072	3.260.361
3.3 Comércio de produtos intermediários, resíduos e sucatas	4.682.284	4.891.670	6.303.149	7.622.040	8.473.089
3.3.1 Combustíveis	3.496.750	3.871.198	4.701.275	5.554.752	5.685.601
3.3.2 Outros produtos intermediários	1.185.534	1.020.472	1.601.874	2.067.288	2.787.488
3.4 Outros produtos	4.411.482	6.425.065	6.984.825	7.403.941	11.036.665
4. Comércio varejista	14.358.141	17.600.758	22.002.400	24.732.845	27.094.111
4.1 Comércio não-especializado	4.137.628	4.967.988	6.939.756	7.562.770	8.997.746
4.1.1 Hiper/Supermercado	3.691.806	4.241.381	5.265.833	5.633.956	6.609.410
4.1.2 Outros tipos de comércio não-especializado	445.822	726.607	1.673.923	1.928.814	2.388.336
4.2 Produtos alimentícios, bebidas e fumo	240.434	261.323	253.683	339.982	435.300
4.3 Tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados	1.213.962	1.399.816	1.694.940	2.189.058	2.582.121
4.4 Combustíveis e lubrificantes	4.034.363	4.966.974	5.417.456	5.996.852	6.293.105
4.5 Comércio de outros produtos em lojas especializadas	4.727.725	6.001.377	7.691.998	8.637.878	8.776.135
4.6 Comércio de artigos usados	4.029	3.280	4.567	6.305	9.704

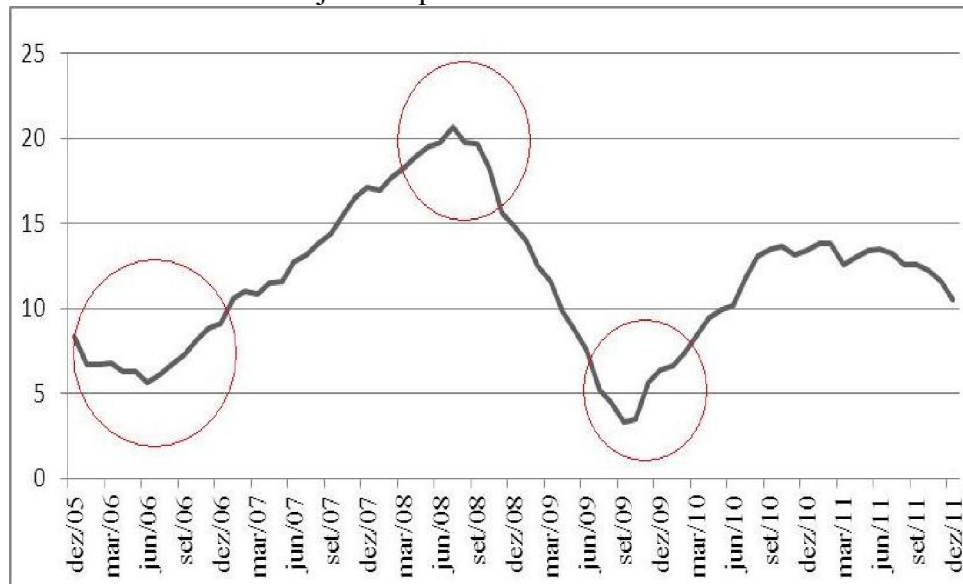
Fonte: Pesquisa Anual do Comércio.

Na categoria comércio de veículos, peças e motocicletas; comércio por atacado; e comércio varejista os ganhos chegam a R\$ 32,32 bilhões; R\$ 14,42 bilhões; R\$ 12,73 bilhões

respectivamente, com variações de 221,35%; 214,76%; 188,70%. O total negociado nos setores do comércio registra aumento de R\$ 32,29 bilhões, ou seja, variação de 203,65%. Segundo informação da Prefeitura Municipal de Chapecó, a projeção para exercício de 2010 da receita bruta de revenda estimada chega a R\$ 6,63 bilhões; e número de estabelecimentos com receita de revenda em 5.513 empresas.

A partir da Figura 1 são apresentados os índices do comércio varejista ampliado de Santa Catarina, com periodicidade mensal nos períodos que correspondem a dezembro de 2005 a dezembro de 2011, com variação percentual acumulada de 12 meses, base fixa de 2003 e ajuste sazonal.

Figura 1 - Índice do comércio varejista ampliado de Santa Catarina



Fonte: Elaborada pelos autores com base nas Series Estatísticas IBGE.

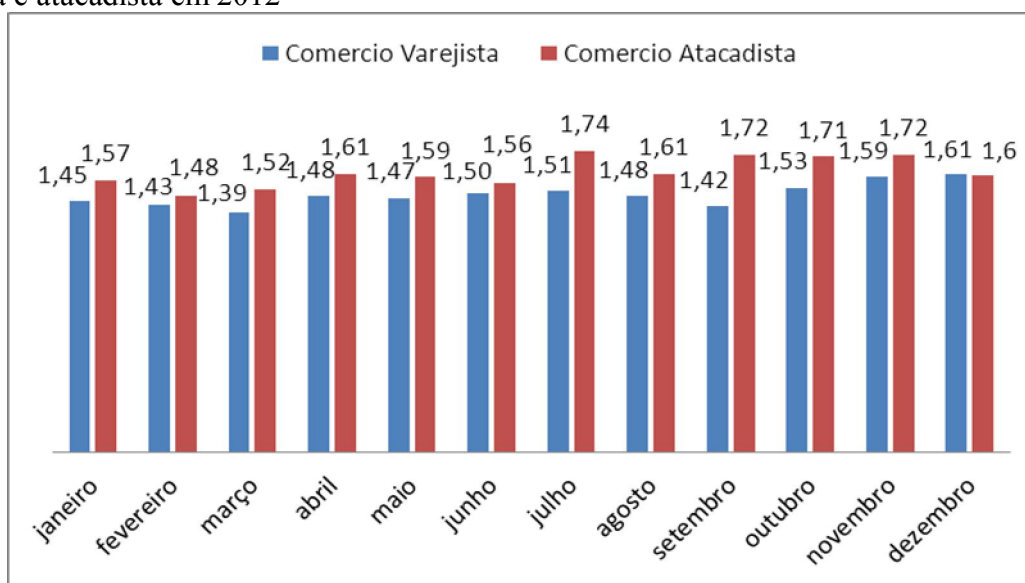
Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, analisando os períodos de 2005/2006, percebe-se uma queda significativa no resultado do índice, devido à baixa renda agrícola na região Sul do Brasil em decorrência das quebras de safras de milho, trigo e arroz. Outro fator que impacta diretamente refere-se ao crescimento do comércio varejista nas regiões Norte e Nordeste do país. Em contrapartida ao cenário anterior, em 2008 ocorre uma expansão no PIB no primeiro trimestre, o que impulsiona o crescimento do índice.

O agravamento da crise internacional no setor imobiliário dos Estados Unidos acaba refletindo e ocorre novamente uma baixa acentuada, em decorrência da retração do setor industrial na fabricação de máquinas e implementos agrícolas, calçados, carnes e automóveis,

produtos que fazem parte da pauta de exportação da região, fazendo surgir um efeito em cadeia que afeta o comércio.

Na sequência, na Figura 2 são apresentados alguns dados sobre o comércio varejista e atacadista de Chapecó, no período de janeiro a dezembro de 2012. Num primeiro momento destaca-se o número médio de salários mínimos dos trabalhadores admitidos e desligados do comércio varejista e atacadista, sendo que ambos os setores apresentaram relativa variação, sendo que no comércio atacadista os valores médios maiores são nos meses de julho, setembro, outubro e novembro. No comércio varejista os meses com maior médio são: julho, outubro, novembro e dezembro, com destaque ao mês de dezembro de 1,61 salários mínimos devido ao 13º salário e as festividades de final de ano.

Figura 2 – Número médio de salários dos trabalhadores admitidos e desligados no comércio varejista e atacadista em 2012



Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do CAGED.

Quanto aos resultados de horas contratadas no comércio, segundo os dados do CAGED, o número mínimo de horas contratadas no comércio foi de 40 horas, sendo que o máximo correspondeu a 43 horas nos meses de outubro e novembro no comércio varejista; e nos meses de março, maio e novembro no comércio atacadista.

Com base nas informações obtidas quanto ao tempo de emprego no comércio de Chapecó, para o período de 2012, na Tabela 2 fica evidente que grande parte dos empregados, num total de 5.823, ou seja, 64,68% completam apenas um ano de trabalho no comércio varejista. Evidencia-

se que os resultados têm relação com o baixo salário médio oferecido, que corresponde a R\$ 733,52, frente a outros setores da economia de Chapecó.

Tabela 2 – Faixa de tempo – emprego, em 2012

Meses	Comércio varejista desligado	Comércio atacadista desligado
1,0 a 2,9	2042	315
3,0 a 5,9	1883	346
6,0 a 11,9	1898	380
12,0 a 23,9	1480	278
24,0 a 35,9	599	161
36,0 a 59,9	471	133
60,0 a 119,9	272	72
120,0 ou Mais	37	27
Total	9002	1766

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do CAGED.

Outro ponto importante a ser considerado está relacionado aos 2.043 desligamentos, ou seja, cerca de 22,68%; e que está vinculado à modalidade de contrato de experiência de 3 meses do Código das Leis Trabalhistas. Quanto ao comércio atacadista, 58,95% dos trabalhadores completam um ano de serviço.

Ao abordar informações pertinentes à segurança e redução nos riscos de inadimplência no ato da venda do produto, a Tabela 3 estabelece as estatísticas geradas nos anos de 2011 e 2012, a fim de fazer um comparativo da evolução dos meses de janeiro a dezembro.

Tabela 3 - Consultas (SPC, cheque) nos períodos de janeiro a dezembro de 2011 e 2012

Período	2011		2012	
	consulta SPC	consulta cheque	consulta SPC	consulta cheque
jan.	32.577	8.802	33.018	8.347
fev.	33.822	9.698	33.589	8.712
mar.	38.009	9.337	39.937	8.963
abr.	39.875	9.892	39.085	8.295
maio	43.817	9.264	46.392	7.946
jun.	40.843	8.788	44.440	8.048
jul.	39.329	9.561	43.977	8.255
ago.	40.046	8.937	43.933	8.223
set.	36.765	8.646	37.623	7.830
out.	38.041	9.328	42.278	8.192
nov.	37.294	8.774	39.395	7.816
dez.	47.736	10.081	44.163	8.540
Total	468.154	111.108	487.830	99.167

Fonte: Elaborada pelos autores com base na Câmara de Dirigentes Lojistas de Chapecó.

Os resultados na diminuição das consultas de cheque demonstra o quão absolutamente imperfeito se tornou para o comerciante não ter garantia alguma sobre o retorno do pagamento feito pelo cliente, em contrapartida ao uso do cartão de crédito, que lhe garante o pagamento e permite ao consumidor fazer pagamentos em prestações. Além dos juros cobrados pelas instituições financeiras, principalmente do cheque especial, inviabilizando seu uso com relação às menores taxas praticadas por outros financiamentos. Os meses de abril, maio e dezembro apresentam redução de 16,14%; 14,23% e 15,29%, respectivamente.

No que se refere às consultas do SPC, o mês de julho apresentou aumento de 11,82%, seguidos por outubro, com 11,14% e agosto, com 9,71%; isto pode estar atrelado ao aumento da inadimplência do consumidor e à facilidade de acesso aos financiamentos. Nota-se que no mês de dezembro ocorre o inverso, com queda de 7,48%, fator esse explicado pelo recebimento do 13º salário.

A UnoChapecó, por meio do Curso de Ciências Econômicas, vem elaborando uma pesquisa desde novembro de 2012 no município de Chapecó, com o objetivo de prospectar cenários a partir do Índice Endividamento e Inadimplência do Consumidor Chapecoense.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Histórico das taxas de juros**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>>. Acesso em: 13 maio 2013.

_____. **Boletim regional**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2008/07/br200807b2p.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2013.

_____. **Boletim regional**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2009/10/br200910b4p.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2013.

BEÇAK, P. **Evolução das relações comerciais Brasil-Estados Unidos de 1945 a 1995: no contexto da política externa e dos “interesses nacionais”**. 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS (CAGED). Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em: 13 fev. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Notas técnicas**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2009/notatecnica2009.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2013.

CONSTRUÇÃO CIVIL EM CHAPECÓ

*Deise Maria Bourscheidt*¹²
*Fábio Júnior Piccinini*¹³

A economia brasileira, a partir de 2008, foi marcada por investimentos públicos em diversos setores, impulsionados pela evolução da demanda doméstica, aumento da confiança estrangeira e seus investimentos, o que possibilitou financiar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) criado pelo governo federal em 2006, com o objetivo de impulsionar diferentes áreas da economia e solucionar antigos problemas relacionados ao baixo crescimento do PIB em relação ao ano de 2006.

Desde então, registra-se uma expansão dos investimentos do setor de construção civil, o qual vem auxiliando, através de um pacote imobiliário, no acesso das pessoas de baixa renda a uma moradia e em especial à manutenção de emprego e renda para a população.

O pacote imobiliário teve como referência a melhoria das condições de crédito (crescimento no volume e nos prazos de financiamento imobiliário nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas), a isenção de IPI para materiais de construção e os programas habitacionais, tanto para o sistema de mercado como para os de interesse social, com destaque para o Programa Habitacional Popular - Minha Casa, Minha Vida, cujo objetivo é atender as necessidades de habitação da população de baixa renda nas áreas urbanas (SOUZA; MANOEL, 2012, p. 5).

Este comportamento retrata uma política governamental voltada à geração de emprego e renda, em um momento de crise, o que pode ser considerado, conforme Furtado (2009), uma política anticíclica keynesiana. Keynes (1936) afirmava que o investimento é primordial para a geração de emprego e renda, sendo uma das funções do governo, como forma de estimular a demanda.

Segundo o quinto balanço regional de Santa Catarina do PAC 2, no programa “Minha Casa, Minha Vida” foram destinados cerca de R\$ 954,43 milhões. Com relação ao financiamento SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), o valor foi de R\$ 4,39 bilhões. Nos dois programas incluem-se o período de 2007 a 2010, segundo registro de outubro-dezembro de 2012.

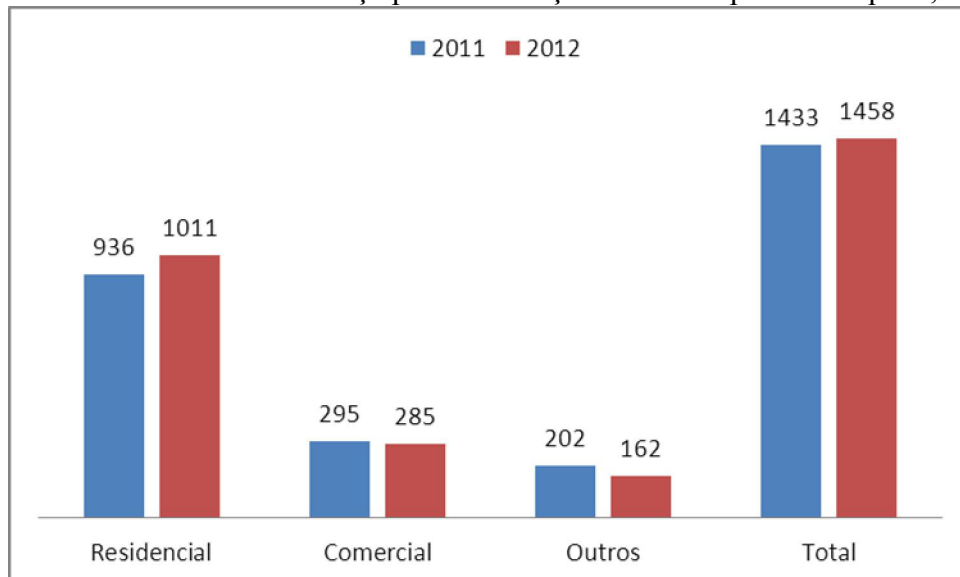
¹² Mestre em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo, professora do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria, e-mail: deiseufsm@hotmail.com.

¹³ Mestrando em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó, e-mail: fajpiccinini@unochapeco.edu.br.

Com relação ao município de Chapecó o investimento previsto de R\$ 2.174.711,80 teve como destino a urbanização do Loteamento Eldorado III e Bairro Vila Real.

Diante destes resultados, o município de Chapecó vem registrando uma expansão no setor de construção civil e imobiliário. Em consequência deste estímulo na economia e com o objetivo de proporcionar o bem-estar da população, ocorre no ano de 2012 um aumento na concessão de alvarás de licença para construção de imóveis concedidos pela prefeitura. Conforme pode ser visualizado na Figura 1, o número total de permissões no ano de 2012 foi de 1.458, sendo 1.011 para construções de imóveis residenciais e 285 para imóveis comerciais. Se comparados ao ano de 2011, houve um aumento de mais de 8,01% no número de residenciais passíveis de construção.

Figura 1 - Número de alvarás de licença para construção no município de Chapecó, 2011/2012



Fonte: Elaborada pelos autores com base na Secretaria do Planejamento de Chapecó (2013).

A expansão no número de alvarás, concedida no setor residencial, pode estar relacionada à concessão de loteamentos, que totalizaram quatro no segundo semestre de 2012, conforme aponta o Quadro 1. Esta forma de organização habitacional, aliada ao programa habitacional “Minha Casa Minha Vida”, possibilita a construção de um número maior de casas próprias.

Quadro 1 - Loteamentos aprovados no segundo semestre de 2012

Loteamento	Data Aprovação	Bairro
Vederti	23/08/12	Linha Simonetto
Horizontes azuis III	29/08/12	Santo Antonio
Jardim Paraiso	17/09/12	Linha Faxinal dos Rosas
Zanrosso II	19/12/12	Efapi

Fonte: Secretaria do Planejamento de Chapecó (2013).

Este resultado reflete, entre outros fatores, os efeitos do programa de governo intitulado “Minha Casa Minha Vida”, que foi lançado em 2008 e facilitou o acesso das famílias de baixa renda à casa própria.

O programa já entregou mais de 1 milhão de unidades habitacionais em todo o País, a um investimento de mais de R\$ 156 bilhões. De acordo com o Ministério das Cidades, o programa representou um impacto positivo de 0,8% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, por meio de geração de empregos e movimentação da cadeia produtiva (BRASIL, 2013, p. 1).

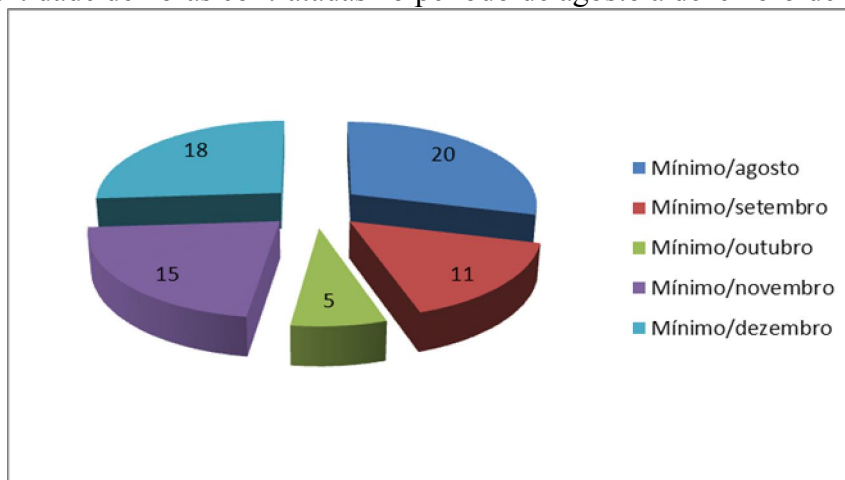
Com relação às pessoas empregadas, o ramo de construção civil vem apresentando crescente procura por profissionais no país. O Sindicato da Construção de São Paulo, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), constatou que o ramo da construção civil registrou um aumento de 3,02% no ano de 2012, em comparação com o ano de 2011. Desta forma, foram criadas 95,7 mil novas vagas no Brasil (SINDUSCON-SP, 2013).

No município de Chapecó, o setor também registrou uma expansão, sendo que a idade média dos trabalhadores da construção civil foi de 32 anos no segundo semestre de 2012 e a idade mínima registrada foi de 15 anos. Mesmo tendo aumentado o nível de exigência em termos de qualificação dos trabalhadores da construção civil, esta pode ser conseguida em curto período de tempo.

Outro indicador relevante para a análise foi a quantidades de horas de contrato dos trabalhadores. O número máximo de horas registradas foi de 44 para praticamente todos os meses, com exceção do mês de dezembro, no qual o valor caiu para 42.

Com relação ao número mínimo de horas, ocorreu uma considerável variação como pode ser observado na Figura 2. O mês de agosto registrou o maior valor para o fator (20 horas) e o menor período de contratação foi no mês de outubro, sendo de apenas 5 horas contratadas.

Figura 2 - Quantidade de horas contratadas no período de agosto a dezembro de 2012



Fonte: Elaborada pelos autores com base no MPE (2013).

Em relação à questão que envolve a produção de custos de materiais e serviços do setor da construção civil, o IBGE, em parceria com a Caixa Econômica Federal, afirma que são feitos levantamentos mensais nas grandes regiões e unidades federativas, desde 1969, com análise dos preços de materiais e salários pagos. Em 1997 ocorre a ampliação do sistema, que passou a abranger o saneamento e infraestrutura. Tendo como unidade de pesquisa os fornecedores de materiais de construção e empresas construtoras do setor.

O objetivo deste estudo é de proporcionar aos servidores públicos e coordenadores das empresas privadas, a possibilidade de elaboração de projetos e tomada de decisões quanto à melhor forma de utilização desses recursos e prospectar cenários futuros, conforme a evolução apresentada do índice. Sendo que em dezembro de 2012, segundo relatório divulgado pelo IBGE, no estado de Santa Catarina os custos do mês de junho foram significativamente influenciados pelo comportamento dos salários do pessoal ocupado no setor, destacando-se que no segundo trimestre ocorrerem reajustes da categoria provenientes das convenções coletivas de trabalho celebradas, que exerceram forte influência na sua composição. Estas mudanças registraram, em dezembro de 2012, custo médio do m² de R\$ 882,50 com variação do índice mensal de 0,96% em relação ao mês anterior, sendo que no acumulado do ano os aumentos chegam a 10,18%.

Desta forma, pode-se concluir que o setor de construção civil de Chapecó vem se expandido com base no aumento do número de alvarás de licenças concedidos pela prefeitura. O programa de incentivo do governo federal, aliado à expansão de loteamentos no município,

incentivou o aumento das construções, bem como a expansão do número de pessoas empregadas no ramo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estados terão crédito de R\$ 1 bilhão para PAC e Minha Casa, Minha Vida** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2013/02/19/estados-terao-credito-de-r-1-bi-para-pac-e-minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil SINAPI: resultados dezembro 2012**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/sinapi/sinapi_201212comentarios.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2013.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC). **6º Balanço (2011-2014) Ano II Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/64d9cdb166fb96c380d6dd61dae2e765.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2013.

SINDICATO DE CONSTRUTORES DE SÃO PAULO (SINDUSCON)-SP. **Notícias da construção 2012**. Disponível em: <<http://www.sindusconsp.com.br/msg2.asp?id=6300>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

SOUZA, S. de; MANOEL, A. Economia brasileira e condições de vida e de trabalho da população: reações à crise internacional. **Revista Economia e Tecnologia**, v. 7, abr. 2012.

MERCADO DE TRABALHO EM CHAPECÓ

*Frederico Santos Damasceno*¹⁴

O trabalho tem como objetivo atender as necessidades individuais das pessoas e da sociedade em geral. Assim, a mão de obra é o principal recurso de um povo, de uma nação, pois é alocada na produção dos setores primário, secundário e pelo setor de serviços. Os dados sobre emprego possuem importância na tomada de decisões dos agentes econômicos, como as famílias, empresas e governos para adotarem estratégias que maximizam a satisfação de seus interesses, bem como da comunidade em geral.

A cidade de Chapecó é considerada um grande polo econômico, de suma importância também para o desenvolvimento socioeconômico do Oeste Catarinense, por isso entende-se que dados sobre emprego, em especial mão de obra existente, podem contribuir para o desenvolvimento da região. A decisão de participar da força de trabalho é influenciada por vários fatores, dos quais se podem destacar os socioeconômicos, culturais e demográficos - como a renda familiar, o número de filhos, a presença de idosos na família, a localização geográfica, o nível educacional, a idade, o sexo, dentre outros que afetam a escolha do trabalho.

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho (MTE), que registra o perfil dos indivíduos desligados ou admitidos, o Brasil criou 1.301.842 postos de trabalho com carteira assinada em 2012. Este número representa um crescimento de 3,43% em relação à quantidade de empregos de dezembro de 2011. Disto decorre o entendimento de que este aumento foi devido ao saldo de 21.619.521 admissões contra 20.317.679 desligamentos. Ainda de acordo com o CAGED, a região Sul apresentou uma expansão de 234.355 postos de trabalho.

Para a cidade de Chapecó, objeto de nosso estudo, serão utilizados os dados disponibilizados mensalmente pelo MTE através do CAGED. As variáveis que se buscou analisar são divididas nas seções: variabilidade do saldo de emprego, idade e escolaridade.

É importante destacar, conforme Tabela 1, que no ano de 2012 houve 5.895 admissões por primeiro emprego e 37.457 admissões por reemprego, reintegrações e contratação de trabalho por

¹⁴ Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá, professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, e-mail: fredsantos1607@gmail.com.

prazo determinado. Isso significa que em 2012 ocorreram um total de 43.352 admissões, já o número de demissões somaram 41.339. Neste número estão incluídas as pessoas que foram demitidas sem justa causa, por término de contrato de prazo determinado, bem como por término de contrato corresponde a 55,27% do total de desligados. Já as demissões por justa causa apresentam 2% do total dos desligamentos, ao passo que por pedido e devido a falecimento corresponderam a 42,4% e 0,033% respectivamente, do total de desligados.

Desta forma, ocorreu um aumento do número desempregos de 2.013, ou seja, houve uma expansão de aproximadamente 4,64% no número de empregos gerados. Outro fato a ser citado é a geração de novos postos de trabalho, como 5.895 primeiros empregos, que corresponde a 13,5% das novas admissões.

Tabela 1 – Admissões e desligamentos do emprego formal em Chapecó, participação segundo as principais categorias (2012)

Meses	Admitidos			Desligados		
	Primeiro emprego	Reemprego, reintegração e contrato de trab. por prazo determinado	Sem justa causa, término de contrato prazo det., término de contrato	Demissão com justa causa	A pedido	Por morte e invalidez
Janeiro	528	3053	1806	80	1561	15
Fevereiro	756	3327	1866	74	1539	7
Março	601	3518	1953	68	1629	10
Abril	646	3080	1617	75	1405	10
Maio	470	3151	2010	53	1329	11
Junho	364	2867	1789	70	1348	15
Julho	359	3144	1898	65	1445	6
Agosto	419	3462	2008	67	1471	16
Setembro	608	3141	1788	49	1393	9
Outubro	450	3431	1927	72	1608	13
Novembro	414	3146	1816	78	1451	11
Dezembro	280	2137	2368	69	1357	14
Total	5895	37457	22846	820	17536	137

Fonte: Elaboração própria com base em CAGED/Ministério do Trabalho e Emprego.

No tocante ao número de admitidos, constata-se que a idade em que houve maior número de contratações foi de 16 a 24 anos, seguida do grupo de 30 a 39 anos, conforme a Tabela 2. O primeiro caso grupo apresenta o maior percentual de contratações com 44,7%, enquanto o grupo de 30 a 39 anos tem o percentual de 22% do total de admissões. É importante destacar que o grupo que possui pessoas de 50 anos ou mais representam 3,89% do total de admitidos, ao passo

que as pessoas que possuem de 10 a 15 anos representam cerca de 1% deste total. Quando se analisa o número de desligados, observa-se que os grupos que tem o maior percentual são os mesmos dos admitidos, ou seja, o grupo de 16 a 24 anos, seguido do grupo de 30 a 39 anos. Este último apresenta 23,44% ao passo que o primeiro grupo apresenta 40,72%. Por fim, observa-se na Tabela 2 que somando os grupos de 50 a 65 anos ou mais se tem um percentual de 4,71% do número do total de desligamentos.

Tabela 2 – Admissões e desligamentos do emprego formal em Chapecó, participação segundo as principais categorias (2012)

	Admitidos							Desligados						
	10 a 15 anos	16 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 64 anos	65 anos ou mais	10 a 15 anos	16 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 64 anos	65 anos ou mais
Jan.	8	1586	687	792	363	143	2	8	1407	734	824	325	158	6
Fev.	134	1833	780	831	364	135	6	2	1448	762	790	333	145	6
Mar.	17	1810	821	896	415	157	3	17	1452	751	858	398	177	7
Abr.	63	1724	706	769	338	120	6	9	1280	644	718	305	145	6
Mai	22	1579	701	792	369	151	7	11	1330	705	840	347	162	8
Jun.	9	1367	680	737	307	127	4	9	1285	694	732	353	142	7
Jul.	12	1538	667	798	346	134	8	6	1359	708	796	383	150	12
Ago.	3	1655	796	883	405	133	6	66	1466	700	783	384	153	10
Set	178	1658	663	788	323	136	3	2	1304	661	812	348	109	2
Out.	17	1704	767	860	380	147	6	8	1488	730	864	361	159	10
Nov.	6	1561	698	801	338	152	4	1	1343	704	765	365	171	7
Dez	1	1161	472	509	198	76	0	61	1590	689	861	420	180	7
Total	470	19176	8438	9456	4146	1611	55	200	16752	8482	9643	4322	1851	88

Fonte: Elaboração própria com base em CAGED/Ministério do Trabalho e Emprego.

Quanto à escolaridade, constata-se na Tabela 3 que o número de admitidos foi maior para as pessoas que possuíam Ensino Médio Completo e Ensino Fundamental Completo, com 51,30% (22.240 empregos) e 15,35% (6.654) dos empregos respectivamente. Já os trabalhadores que não são alfabetizados e possuem até o 5ª ano completo do Ensino Fundamental, foram os que apresentaram juntos os menores índices de pessoas admitidas no mercado de trabalho, com apenas 2,47% deste total. É importante destacar que os indivíduos que possuem curso superior ou estejam cursando uma faculdade apresentam um índice de admissão em torno de 10,2%.

Neste sentido, ressalta-se que os trabalhadores assumem a educação e a profissionalização como investimento no mercado de trabalho. Este investimento é denominado pelos economistas como capital humano. Segundo Ehrenberg e Smith (2000), essas habilitações e conhecimentos

provenientes da educação, bem como da profissionalização geraram um estoque de capital produtivo e este capital produtivo estará relacionado diretamente com o fator salário recebido e os psicológicos.

Portanto, os investimentos em educação fazem com que o indivíduo busque retornos financeiros, haja vista que muitas vezes os retornos psicológicos não são observáveis. Logo, para que se verifique aumento da oferta de empregos é necessário que os salários sejam cada vez mais atrativos.

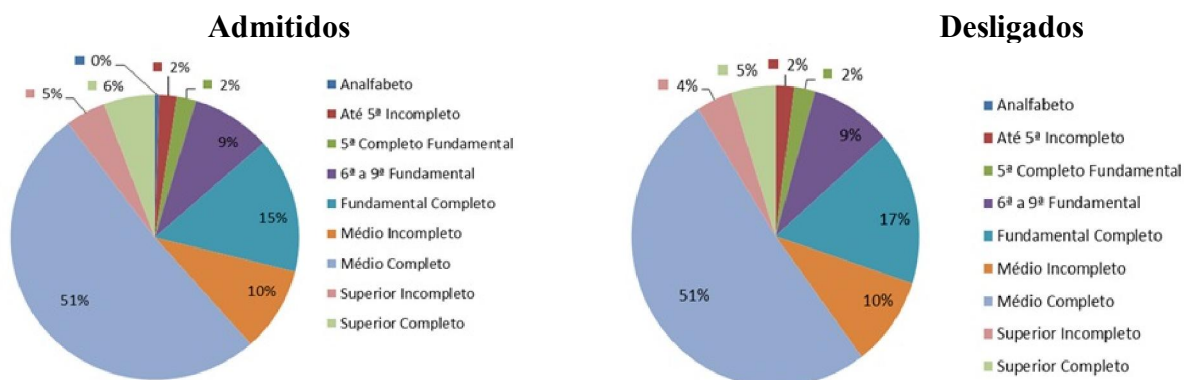
Tabela 3 - Admitidos e desligados do emprego formal em Chapecó, participação em (%) segundo a escolaridade em 2009

Escolaridade	Admitidos	%	Desligados	%
Analfabeto	198	0,46	197	0,48
Até o 5ª ano incompleto do Ensino Fundamental	872	2,01	865	2,09
5ª ano completo do Ensino Fundamental	926	2,20	962	2,33
Do 6ª ao 9ª ano incompleto do Ensino Fundamental	3.868	8,92	3.762	9,10
Ensino Fundamental completo	6.654	15,35	6.794	16,43
Ensino Médio incompleto	4.152	9,58	3.994	9,66
Ensino Médio completo	22.240	51,30	21054	50,93
Educação Superior incompleta	1.958	4,52	1.673	4,05
Educação Superior completa	2.454	5,66	2.038	4,93
Total	43.352	100,00	41.339	100,00

Fonte: Elaboração própria com base em CAGED/Ministério do Trabalho e Emprego.

Tomando-se por base a Tabela 3 e a Figura 1, no que se refere à escolaridade dos indivíduos desligados, o grupo que apresentou maior percentual foi o de trabalhadores com Ensino Médio Completo (50,93%), seguido pelo grupo de profissionais com ensino fundamental completo (16,43%). Dos dados obtidos da Tabela 3, constata-se ainda que as maiores variações entre admitidos e desligados é dos profissionais que possuem o Ensino Médio completo e os que possuem Superior completo com 1,08% e 0,73%, respectivamente. Isso mostra que o número de admitidos nestas categorias é bem maior que o número de demitidos. Destaca-se que o grupo com a menor a variação entre admitidos e demitidos é das pessoas que não são alfabetizadas.

Figura 1 - Participação do grau de escolaridade no total de admitidos e demitidos referente à média no ano de 2012



Fonte: Elaboração própria com base em CAGED/Ministério do Trabalho e Emprego.

Na análise da relação de admitidos, constata-se que houve maior contratação de mão de obra no mês de março de 2012, com 4.102 contratados, principalmente da faixa etária dos 25 aos 64 anos, ao passo que dezembro apresentou o maior número de desligados, com um total de 3.747. Nessa categoria, a faixa etária predominante foi de 16 aos 24 anos, seguido do grupo de 40 a 64 anos. Uma das justificativas pode estar relacionada ao fato de que no mês de março, com o carnaval e o fim das férias de boa parte da população, o setor de serviços, o principal responsável pela contratação da força de trabalho, volta a contratar. Já no mês de dezembro, embora seja de festas natalinas e festas de final de ano, o comércio tende a diminuir suas contratações.

Há de se destacar que com o passar do tempo, sobretudo com o desenvolvimento socioeconômico, alguns tipos de empregos se expandiram e outros diminuíram. Isto fez com que tanto trabalhadores e empregadores se adaptassem às mudanças tecnológicas de produção. Além disso, novos empregos surgiram, dado o desenvolvimento de novas habilidades. É importante mencionar que para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) analisar o emprego no país, precisa fazer uma classificação em setores da economia, os quais podem ser classificados em subsetores, conforme é mostrado no Quadro 1. Desta forma, pode-se analisar o número de admitidos em 2012 em relação ao gênero, por subsetor.

Quadro 1- Participação por sexo no total de admitidos, referente à média no ano de 2012

IBGE subsetor	Masculino	Feminino	IBGE subsetor	Masculino	Feminino
01-Extrativa mineral	12	0	14-Serv. industriais de utilidade pública	188	32
02-Ind. de produtos minerais não metálicos	379	60	15-Construção civil	5.225	359
03-Ind. metalúrgica	758	86	16-Comércio varejista	4.743	5442
04-Ind. mecânica	936	133	17-Comércio atacadista	1.450	646
05-Ind. material elétrico e de comunicações	410	42	18-Instituições de crédito, seguros e capitalização	147	135
06-Ind. material de transporte	190	25	19-Com. e adm. de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico	1.887	1672
07-Ind. madeira e do mobiliário	397	204	20-Transportes e comunicações	3.092	445
08-Ind. papel, papelão, editorial e gráfica	199	200	21-Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	2.031	2505
09-Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	87	187	22-Serviços médicos, odontológicos e veterinários	323	845
10-Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria,	422	249	23-Ensino	373	634
11-Ind. têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	59	251	24-Administração pública direta e autárquica	2	84
12-Ind. de calçados	4	6	25-Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal	467	212
13-Ind. de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	2.671	2.446			
Total	6.524	3.889	Total	19.928	13.011

Fonte: Elaboração própria com base em CAGED/Ministério do Trabalho e Emprego.

Conforme se observa no Quadro 1, o menor número de funcionários contratados em Chapecó no ano de 2012 foi na indústria de calçados, que apresentou 8 funcionários, sendo 6 mulheres. Uma das razões para este número reduzido de contratações se deve à forte concorrência das indústrias chinesas que, por possuírem custos mais baixos, conseguem vender a preços mais competitivos e conseqüentemente dominam o mercado. Outro setor que se destaca pela baixa contratação de mão de obra é o extrativismo mineral, no qual ocorreram somente 12 contratações neste mesmo ano, sendo todas do gênero masculino.

Vale ressaltar que o comércio atacadista e principalmente o varejista, foram os setores que mais contrataram trabalhadores, com 2.096 e 10.185, respectivamente, neste mesmo ano. No

tocante à contratação por gênero no comércio atacadista, 69% foram mulheres ao passo que no varejista foi de 69% homens. Já a construção civil foi o segundo subsetor que mais contratou, com 5.584 trabalhadores, sendo 93,57% de admitidos do sexo masculino, configurando-se como o segundo subsetor que mais contratou homens, atrás do subsetor de extrativismo vegetal, que só contratou homens. Em terceiro lugar ficou o subsetor da indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, com 5.117 trabalhadores, sendo 52,20% homens e 47,80% de mulheres.

Por fim, cabe destacar que dos 25 subsetores analisados, conforme se verifica no quadro 1, em 16 deles ocorreu predomínio das contratações masculinas em detrimento das femininas. As contratações femininas apresentaram números maiores nos subsetores: indústria de papel, papelão, editorial e gráfica; indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares e indústrias diversas; serviços médicos, odontológicos e veterinários; ensino; indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos; e administração pública direta e autárquica. Os dois últimos apresentaram 80,97% e 97,67%, respectivamente, de contratações do gênero feminino.

Apesar da crise da Europa, sobretudo da Grécia e a lenta recuperação dos Estados Unidos, o Brasil apresentou o número de 1.301.842 postos de trabalho com carteira assinada em 2012. Isso representou um crescimento de 3,43% em relação à quantidade de empregos de dezembro de 2011. Como Chapecó está crescendo economicamente, a tendência é que os setores de comércio e construção civil continuem sendo os principais responsáveis pelo maior índice de admissão de trabalhadores. Vale destacar também que o Ensino Médio concluído ainda é a qualificação mais exigida pelas empresas na contratação de mão de obra.

REFERÊNCIAS

EHRENBERG, R. G.; SMITH, R. S. **A moderna economia do trabalho**: teoria e política pública. São Paulo: Makron Books, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **CAGED Estatístico**. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

SETOR PÚBLICO: A NECESSIDADE DE RETOMADA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM CHAPECÓ

*Viviane Freitas Santos*¹⁵

Ninguém melhor para definir as prioridades dos gastos do executivo do que os/as cidadãos que constroem a cidade, esse é o objetivo no qual se insere a proposta de orçamento participativo. Iniciativa democrática, com forte participação popular e que traz dois grandes ganhos ao município: inserção da população na dinâmica política da região e orientação administrativa para os lugares na qual é mais urgente a participação do setor público. Embora não consiga resolver todos os empecilhos que cabem ao município e sua população, este mecanismo de planejamento garante o acesso das camadas mais pobres à gestão pública (MARQUETTI, 2009). Se o objetivo do setor público é, também, promover redistribuição da renda gerada, este é um dos instrumentos que mais contribuem para esse fim. Portanto, uma variável fundamental para que sejam efetivadas as deliberações dos fóruns de orçamento participativo. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é discutir a adoção do município de Chapecó ao modelo de gestão pautada no orçamento participativo.

SOBRE O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Todos e todas que estão envolvidos na construção do Orçamento Participativo (OP) o veem como um elemento de inserção popular na dinâmica política de seu município. Esse mecanismo leva às camadas mais pobres o poder decisório acerca dos encaminhamentos quanto ao uso dos recursos arrecadados pelo executivo municipal, portanto, insere-se como um elemento com características de promoção da equidade, solidariedade, democracia e eficiência (MARQUETTI, [s.d.]). Seu uso implica em garantir, ao envolvido no processo de construção orçamentária, amplo conhecimento da máquina pública, desde o momento do planejamento até a efetivação da benfeitoria. E isto leva a uma mudança na percepção do que é público, que passa a ser percebida não como algo distante e alheio a vida particular, mas sim como uma fonte

¹⁵ Mestra em Economia do Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, professora do curso de Ciências Econômicas da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, e-mail: vivianesantos@unochapeco.edu.br.

decisória importante e parte da vida cidadã, compondo, portanto, uma transformação cultural e política.

A proposta de construir um orçamento com participação popular é fruto dos movimentos sociais, em especial aqueles ligados ao uso do solo e a apropriação dos espaços urbanos pela camada popular que a formou. Insere-se num contexto de redemocratização quando, em 1988, a nova Constituição encaminhava para uma descentralização político-administrativa com fortalecimento da democracia por meio do empoderamento das comunidades locais no processo decisório sobre políticas públicas (COSTA, 2010). Portanto, o OP é um processo pelo qual a sociedade decide, de forma direta, a aplicação dos recursos em obras e serviços que serão executados pela administração municipal (PORTO ALEGRE, 2013).

Avritzer e Navarro (2003) caracterizam o OP como uma forma de balancear a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa. Marquetti (2009) destaca ainda a capacidade do OP de “inverter prioridades”, pois privilegia os investimentos e a oferta de serviços públicos nas regiões mais carentes das cidades. Pires (1999) ressalta que o uso do OP caracteriza-se por um plano com indicação de objetivos e meios financeiros para atingi-los, uma lei, um instrumento de controle, um conjunto de decisões políticas que tem impacto sobre a vida econômica.

O primeiro município brasileiro a adotar o OP como metodologia de definição das prioridades administrativas foi Porto Alegre/RS, sob a gestão de Olívio Dutra (PT), em 1989 (ROVER, 2003; MARQUETTI, 2003; COSTA, 2010). A proposta está assentada em quatro pilares básicos: a) identificação dos problemas e da necessidade do território; b) na identificação dos projetos prioritários; c) na implementação dos investimentos; d) na sua monitorização e avaliação.

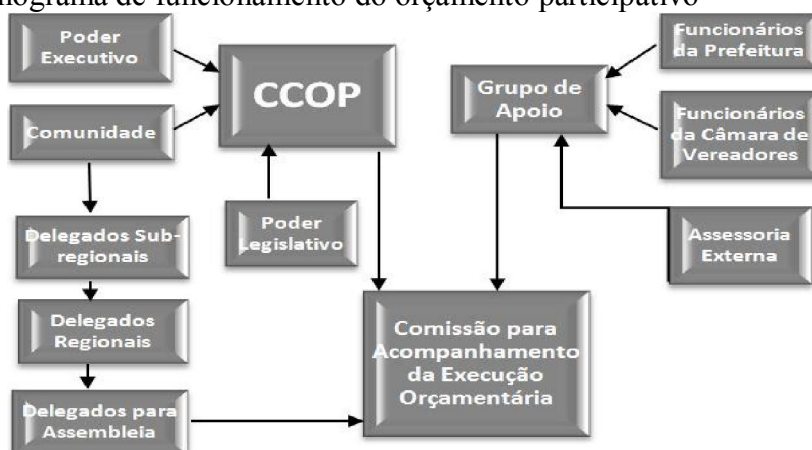
Para tanto, o município é dividido em territórios, os quais, por meio de assembleias regionais e temáticas, definem suas necessidades e urgências. Ainda nesse momento, são escolhidos aqueles que serão os delegados e conselheiros do OP. Para o caso dos delegados, é eleito um para cada dez participantes das assembleias, estes acompanham diretamente a execução do OP e mantém a comunidade da qual são representantes informados sobre a efetivação dos encaminhamentos. Logo, quanto maior for a participação popular nas assembleias, mais delegados poderão ser retirados. Quanto aos conselheiros, poderão ser eleitos dois participantes das assembleias por região, estes irão compor o Conselho de Orçamento Participativo (COP),

“órgão máximo que planeja, propõe, fiscaliza e delibera sobre o conjunto de receitas e despesas do orçamento municipal, além de revisar, anualmente, o Regimento Interno do OP, seus critérios gerais e técnicos” (PORTO ALEGRE, 2013)¹⁶. É fundamental destacar que as assembleias são abertas à participação de qualquer cidadão, com direito a voz e voto.

As secretarias municipais acompanham o processo de decisão, entretanto com participação limitada à disponibilização de informações técnicas acerca da viabilidade das decisões. Além disso, são retirados dois representantes da administração pública para compor o COP, mas estes não têm direito a voto (MARQUETTI, 2003).

Definidos os delegados e conselheiros, forma-se o COP e toma corpo a construção do orçamento baseado nas prioridades definidas em assembleias que versão sobre as seguintes temáticas: educação, esporte e lazer; transporte e mobilidade urbana; habitação; organização da cidade; desenvolvimento urbano e ambiental; desenvolvimento econômico, tributação, turismo e trabalho; cultura; saúde e assistência social. O que for definido como prioridade pelas assembleias, será levado ao COP e três áreas serão selecionadas e constituirão as prioridades de ação da cidade para o próximo ano (PORTO ALEGRE, 2013). A aplicação dos recursos segue a seguinte linha de prioridade: a carência do serviço ou infraestrutura da região; população total da região, prioridade temática da região face a face àquelas escolhidas pela cidade como um todo (MARQUETTI, 2009).

Figura 1 - Organograma de funcionamento do orçamento participativo



Fonte: Elaborada pela autora com base em Pires (1999).

¹⁶ Conforme a estrutura do orçamento participativo de Porto Alegre/RS.

Ao fim do processo, encaminha-se a proposta de orçamento e o plano de investimentos anual à Câmara de Vereadores, que incorpora as demandas do executivo e formaliza uma proposta orçamentária, fruto do diálogo entre o setor público e a sociedade civil organizada. Além do ganho material, no que se refere à qualidade de vida, há uma inserção da populacional na dinâmica política. O avanço ao construir espaços públicos de decisão conjunta está no fato de ocorrer a apropriação do cidadão do que lhe é direito, de aprofundamento no conhecimento da cidade e de transformação do papel do gestor público. A relação clientelista entre setor público e a sociedade é, definitivamente, rompida. Além disso, o OP rompe com o formalismo da democracia representativa, no qual prefeitos e suas equipes, técnicos e vereadores são os únicos responsáveis pela condução do processo orçamentário (PIRES, 1999).

A ADOÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM CHAPECÓ

O uso do orçamento participativo como metodologia de gestão governamental, no que se refere ao orçamento público, teve sua primeira plenária realizada em 1997, sob a gestão do então prefeito José Fritsch (PT), e estava baseada no modelo aplicado até então pela prefeitura de Porto Alegre/RS. Foram encontradas dificuldades para a obtenção de dados, pois somente foram disponibilizados aqueles referentes aos anos de 2001 e 2002, neste sentido, a análise ficará restrita a estes anos.

A implantação do modelo de orçamento participativo esteve fundamentada em quatro fases que vão da apresentação metodológica até sua execução. O município foi dividido em 10 regiões, sendo que 07 na sede e três na zona rural. O critério para a formação da região foi fundamentada em sua identificação sociocultural, facilidade de deslocamento e capacidade de mobilização (CHAPECÓ, [s.d.] apud ROVER, 2003). Diferente de Porto Alegre, que estabelece 13 áreas de deliberação popular, Chapecó elencou cinco grandes áreas: organização da cidade, saúde; educação, cultura, esporte e lazer; assistência social e habitação e desenvolvimento econômico e agrícola (ROVER, 2003). No primeiro ano houve participação de, aproximadamente, 15 mil pessoas (CHAPECÓ, 2001).

Além das questões referentes ao OP, no momento das plenárias de bairro houve um momento para formação política, ocasião fundamental para que ocorresse maior apropriação teórica acerca dos temas que perpassam o debate sobre gestão pública. A instrumentalização do

cidadão para a tomada de decisão ocorre neste momento, facilita o reconhecimento do que é prioridade nas comunidades e contribui para o fortalecimento da democracia participativa. A inserção de um momento em que é garantida a reflexão acerca dos temas que tocam a comunidade assegura que haja efetiva deliberação acerca das reais necessidades, sem moeda de troca ou favorecimentos. O comprometimento da prefeitura com o desenvolvimento e apropriação do orçamento participativo pela comunidade evidencia a vontade política no encaminhamento das deliberações. Percebe-se ainda, que há uma menor inserção das camadas populares na ocupação dos espaços públicos, o que antes era um “verdadeiro instrumento de combate ao neoliberalismo” (UCZAI, 2002 apud CHAPECÓ, 2002), torna-se obsoleto e, progressivamente, inexistente.

Efetivamente, o OP em Chapecó funcionou, com adequações à realidade local, até 2004, a média de participante esteve em torno de 10 mil pessoas (REGOSO et al., [s.d.]). Para o ano de 2001, o Plano de Investimentos teve a seguinte ordem de prioridades: educação e cultura, desenvolvimento econômico e agricultura, saúde, assistência social, habitação e regularização fundiária, esporte e lazer, por fim, meio ambiente. Foi investido um total de R\$ 2.950.000,00, de recursos próprios, em obras que contemplaram toda a cidade. A inserção da OP na dinâmica da sociedade chapecoense avançou para além das questões mais técnicas de orçamento, gestão e planejamento. Também se inseriu no âmbito educacional, trazendo a concepção de educação popular para o ambiente escolar. Além das reformas dos Planos Pedagógicos para a conquista deste fim, também se tornaram prioridade as ações que inserisse jovens e adultos no ambiente escolar, principalmente na zona rural da cidade (CHAPECÓ, 2002).

Na zona rural, por sua vez, os investimentos no desenvolvimento econômico tiveram grande inserção das questões que tocam a agricultura familiar. A inclinação da região para a agricultura foi contemplado pelo OP, mas como foco nos empreendimentos de agricultura familiar. O objetivo era impulsionar a ampliação de oportunidades de trabalho e renda, adequadas às características da sua população, principalmente a parcela excluída (CHAPECÓ, 2002).

Na prestação de contas do plano de investimento de 2001 foram contabilizadas 52 unidades agroindustriais familiares. A priorização da agricultura familiar objetivava a permanência da família no campo e seu estímulo produtivo, isto tem efeitos além do econômico: aumenta a identificação do homem do campo com a região em que vive, sua permanência no local, uma vez que são criados os meios de sua sobrevivência. Além do ganho econômico, existe

uma forte valorização da cultura do campo, trata-se de um fortalecimento também das culturas tradicionais. A construção dos projetos que tocavam essas famílias era coordenada pelo COP e pelo Conselho de Desenvolvimento Rural de Chapecó (CONDERC). De assistência técnica, obras de infraestrutura, educação e saúde a zona rural da cidade contou com acesso às instituições públicas para que houvesse organização coletiva e solidária, para a melhoria da qualidade de vida e inserção ativa do trabalhador do campo nas discussões sobre a cidade. “Antes a área prioritária para investimentos era o centro da cidade, hoje a periferia é priorizada nos investimentos públicos mais próximos e com maior qualidade” (CHAPECÓ, 2002, p. 07).

No plano de investimentos de 2002 foram orçados R\$ 5.000.000,00 de investimentos em recursos próprios (CHAPECÓ, 2002). Neste ano, a prioridade das ações do Plano de Investimento este centrado na pavimentação e drenagem das ruas da cidade, seguido pelo aperfeiçoamento e aprofundamento das ações de desenvolvimento econômico e agricultura. O orçamento previsto para este segmento era de R\$ 800.000,00, o dobro do destinado para ações de educação e cultura, e saúde¹⁷, terceiro lugar nas prioridades do orçamento participativo. É perceptível a continuidade das ações desenvolvidas no ano anterior, de valorização da agricultura familiar e da cultura do campo, além de maior instrumentalização da zona rural para sua maior autonomia.

Ainda em 2002, as ações visavam a inserção maior da comunidade e os repasses dos delegados eram no sentido de aprofundamento do debate teórico e maior apropriação sobre os encaminhamentos. Nos pontos discutidos nas plenárias temáticas, a organização comunitária e seu espaço dentro das instituições públicas estão listadas entre as prioridades. O que significa um novo papel para a administração pública, pois uma vez deliberado os encaminhamentos via OP rompe-se com parte da democracia representativa.

SUA URGÊNCIA ATUAL

O último ano em que houve efetivo planejamento do OP no município foi em 2004, após a vitória do então prefeito João Rodrigues (DEM/PFL), a metodologia do orçamento participativo foi radicalmente modificada. A forma como está organizada hoje tem um caráter muito mais consultivo à população, que participa através de e-mail ou protocolando sugestões para a

¹⁷ No que se refere aos recursos próprios, pois estes setores ainda contam com recursos oriundos da União.

construção do Plano Diretor da cidade. A atual dinâmica tende mais a desmobilizar do que estimular a sociedade a compreender e se apropriar dos caminhos que levam ao controle da coisa pública. Se entre os anos de 2003 e 2004 houve, em média, cerca de 10 mil pessoas participando das assembleias temáticas, hoje são pouco mais de 300 e-mails com sugestões de pauta e prioridades. A população deixa de ter um papel deliberativo e assume um papel coadjuvante, apenas consultivo.

Dos dez anos que separam o uso do OP como modelo de planejamento do orçamento, até a presente data, é possível observar o crescimento econômico da sociedade chapecoense. O bairro com maior rendimento mensal é o Centro, com valor médio mensal de R\$ 1.848,86, enquanto aquele com menor renda computada é São Pedro, com R\$ 327,11. Embora o crescimento médio para a última década tenha sido de 5,36%, segundo os dados do IBGE, percebe-se que este incremento de renda não foi sentido por todos os bairros, pois para o bairro São Pedro a renda média é menor que a metade do salário mínimo oficial. Isto sugere a necessidade de intervenção do governo municipal, compreender as características desse bairro, identificar os gargalos e assim construir as ações para que seja revertido os indicadores de concentração de renda, pois a análise está concentrada apenas no caráter monetário, ou seja, na renda.

Os dados para a primeira década de 2000 indicam um crescimento da população da cidade, e um crescimento da população da zona rural no ano de 2010. As deliberações acerca das comunidades da zona rural, na construção do OP para os anos de 2001 e 2002, certamente contribuíram para que houvesse essa manutenção da população no campo, e seu crescimento no ano de 2010.

Tabela 1 - Distribuição demográfica de Chapecó (2000, 2007, 2008, 2009, 2010)

	Habitantes	Urbana	%	Rural	%
2000	146.967	134.592	91.57%	12.375	8.43%
2007	164.803	153.443	93%	11.549	7%
2008	179.073	166.538	93%	12.535	7%
2009	174.187	161.994	93%	12.253	7%
2010	183.530	168.113	91.61%	15.417	8.39%

Fonte: Elaborada pela autora com base em Banco de dados de Chapecó.

O crescimento da renda municipal é visto no dinamismo que se observa na cidade. A frota de veículos, as expansões comerciais e o número de instituições de ensino superior evidenciam que a cidade demanda bens e serviços em quantidades crescentes. Dentre as principais fontes de

arrecadação do município, o ICMS¹⁸ desponta com larga vantagem, no ano de 2011 foi repassado para o município o equivalente a R\$ 70.987.086,42 para os cofres públicos, segundo os dados da Controladoria Geral do Município. Essa cifra garantiu ao município o sétimo lugar no valor repassado em 2011, ocupando o sexto lugar na colocação econômica do estado.

Tabela 2 - Receita e despesa pública do município, 2000-2010

Ano	Receita		Despesa	
2000	R\$	60.473.204,12	R\$	57.482.750,63
2001	R\$	71.096.115,70	R\$	71.024.430,61
2002	R\$	74.894.180,87	R\$	73.252.344,00
2003	R\$	122.705.954,74	R\$	116.263.860,33
2004	R\$	152.684.245,38	R\$	141.576.106,60
2005	R\$	164.410.727,01	R\$	142.096.809,84
2006	R\$	182.239.686,43	R\$	178.264.441,13
2007	R\$	224.826.038,30	R\$	216.646.161,30
2008	R\$	271.261.163,51	R\$	216.391.061,48
2009	R\$	298.729.901,93	R\$	283.972.808,49
2010	R\$	328.591.838,00	R\$	319.321.155,00

Fonte: Elaborada pela autora com base em Banco de dados de Chapecó.

Em segundo lugar na composição da receita municipal está o repasse do Fundo de Participação dos municípios garante ao município R\$ 44.335.982,05, cujo valor expressivo demonstra que o município insere-se entre os mais dinâmicos do estado catarinense e que suas inversões podem ser mais bem distribuídas através da retomada do OP. Da receita apurada para o município, o setor terciário (comércio, serviços ICMS, serviços ISS, economia informal) foi responsável por 72,46% da composição da renda municipal. Corroborando com os dados relativos ao ICMS, apresentados anteriormente, e demonstrando sua importância. O setor que mais incorporou rendimentos ao município foi a macro empresa (indústria, comércio e serviços), no ano de 2010 faturou cerca de R\$ 2.400.000,00, o que indica o dinamismo e a força do setor em relação ao estado.

¹⁸ ICMS é a sigla que identifica o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. É um imposto que cada um dos Estados e o Distrito Federal podem instituir, como determina a Constituição Federal de 1988.

Acompanhando o estado, os dados do Censo 2010 para o índice de Gini¹⁹ na cidade é de 0,48%, o índice estadual que está em 0,436 e em primeiro lugar no ranking de distribuição de renda do país, demonstrando que a cidade encontra-se em uma zona de relativa distribuição de renda quando comparada aos dados nacionais. Entretanto, quando se observa que a parcela da população correspondente aos 10% mais ricos apropria-se de 38,7% da renda gerada no município, ainda há muito que se fazer na cidade; uma vez que os 20% mais pobres apropriam-se de, apenas, 4,81% da renda gerada, revelando o quão gritante é a necessidade de uma intervenção pública nesse segmento.

Além de questões no que se refere à concentração de renda, ações de infraestrutura exigem maior atenção da gestão pública municipal. Coleta de lixo, calçamento de vias, transporte urbano são gargalos nas grandes cidades do país e naquelas em franco crescimento não é diferente. O uso do OP ajudaria de maneira significativa a elaboração de soluções para este segmento, estabelecendo um plano de ação condizente com as urgências reais do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imperioso que a cidade seja apropriada por quem a construiu e um dos mecanismos para a efetiva participação popular é via Orçamento Participativo. Instrumento governamental de democracia participativa, que permite aos cidadãos influenciar e decidir sobre a aplicação do orçamento municipal. Além de contínua formação política, democrática e cidadã, o continuado uso deste mecanismo inverte valores, coloca o povo na frente e na deliberação das prioridades municipais, o pensamento coletivo se sobrepõe às construções individualizantes, vence o povo.

Hoje, o planejamento feito no setor público mantém o uso tradicional das prerrogativas do legislativo e do executivo, fundamentadas em um espaço com pouca participação popular. Retornou-se à democracia representativa e desconstruiu a inserção popular na gestão municipal, rompeu-se um a perspectiva de gestão que “serve à comunidade”. Forte retrocesso no que se refere à gestão pública, formação política e construção popular da cidade.

Não há consultor mais apropriado para diagnóstico da realidade do que o indivíduo que está inserido em sua comunidade, com propriedade, as suas reais necessidades. Assim, utilizar do

¹⁹ Mede a concentração de renda de um determinado grupo. Varia de zero (igualdade plena dos rendimentos) a um (concentração da renda, uma pessoa detém toda a renda).

OP não é importar um modelo pré-determinado de implantação do método, mas sim adaptá-lo à realidade local, assegurando as características regionais, mas com efetiva participação popular. O planejamento participativo é necessário para atender as reais necessidades da população colocar a avaliação da gestão administrativa na pauta de debate e por inserir politicamente o cidadão na construção da cidade.

REFERÊNCIAS

CHAPECÓ – Prefeitura Municipal de Chapecó. **Prestação de contas orçamento participativo 2001**. Chapecó: 2002.

_____. **Prestação de contas orçamento participativo 2002**. Chapecó: 2003.

COSTA, Danielle Martins Duarte. Vinte anos de orçamento participativo: uma análise da experiência em municípios brasileiros. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 15, n. 56, p 08-28, 2010.

GENRO, Tarso (Org.). **Porto da cidadania**: a esquerda no governo de Porto Alegre. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

MARQUETTI, Adalmir A. **Até onde vão os efeitos redistributivos do OP**. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=483>>. Acesso em: 01 jun. 2012.

. Participação e redistribuição: o orçamento participativo em Porto Alegre. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Orgs.). **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 129-156.

MOURA, Reidy R. de. Compromisso governamental e orçamento participativo: estudo comparativo entre as experiências em Blumenau e Chapecó, Santa Catarina. **Revista Kátal**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 206-214, jul./dez. 2007.

PIRES, Valdemir. **Orçamento participativo**: o que é, para que serve, como se faz. Piracicaba, 1999.

REGOSO, Edson Luis et al. **A gestão pública transparente por meio da participação popular**: um estudo de caso. Chapecó, [s.d.]. Disponível em: <http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/IIseminario/politicas/politicas_02.pdf>. Acesso em: 01 maio 2012.

ROVER, Oscar José . O orçamento participativo de Chapecó e sua dimensão rural. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Orgs.). **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

UMA ANÁLISE DESCRITIVA SOBRE OS PRINCIPAIS FATORES DA SAÚDE PÚBLICA EM CHAPECÓ

*Fábio Júnior Piccinini*²⁰

*Giana de Vargas Mores*²¹

A saúde e a assistência à saúde merecem destaque pelas suas dimensões e contribuições para as variáveis socioeconômicas, devido aos entraves enfrentados em obter o acesso a esse serviço, à complexidade dos problemas de saúde gerados e aos custos envolvidos. Essas questões remetem aos economistas como possibilidade de elaboração de estudos mais aprofundados sobre este cenário.

No Brasil, a economia da saúde surgiu como disciplina acadêmica em meados de 1980, tendo ocorrido no final desta década a criação da Associação Brasileira de Economia da Saúde. As pesquisas nessa área vêm gerando debates entre profissionais da área pública e economistas, utilizando-se como embasamento nas disciplinas de epidemiologia e estatística (PROJETO ECONOMIA DA SAÚDE, 2007).

No entanto, neste campo, existem diferentes posições entre os profissionais envolvidos. Diante da perspectiva de conciliar os campos da economia e da saúde, Del Nero (2002) demonstra a interligação entre fatores socioeconômicos e a melhoria do padrão de saúde da população, como por exemplo, os casos de mortalidade infantil estarem relacionados ao nível de renda (ou seja, quanto maior a renda, menor será a mortalidade infantil), e os de redução da tuberculose a partir da melhoria das condições habitacionais.

Por meio destas concepções, objetiva-se neste âmbito realizar uma análise descritiva das estatísticas apresentadas no âmbito da saúde no município de Chapecó/SC, relacionando com variáveis socioeconômicas.

Na Tabela 1 são apresentados os gastos públicos municipais, por função, nas variáveis: saúde, atenção básica, assistência hospitalar, vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, alimentação e nutrição, saneamento básico urbano.

²⁰ Mestrando em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó, e-mail: fajpiccinini@unochapeco.edu.br.

²¹ Mestre em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora do curso de Ciências Econômicas da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, e-mail: gmores@unochapeco.edu.br.

Tabela 1 - Variáveis do sistema de saúde do município de Chapecó, no período de 2010 e 2011

Variáveis	2011 (R\$)	2010 (R\$)	Variação (%)
Saúde	123.390.614,07	102.557.108,09	20,31
Atenção básica	57.302.485,21	41.318.472,60	38,68
Assistência hospitalar	55.571.077,94	49.954.978,08	11,24
Vigilância sanitária	1.086.448,52	992.090,80	9,51
Vigilância epidemiológica	656.727,02	558.160,01	17,66
Saneamento básico urbano	2.567.836,44	7.757.400,26	-66,90
Total	240.577.200,20	203.140.219,80	18,43

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Secretaria do Tesouro Nacional (2013).

Com base nos dados da Tabela 1, observa-se que houve um aumento do investimento em saúde no município de Chapecó, de R\$ 102.557.108,09 em 2010 para R\$ 123.390.614,07 em 2011, o que representa um crescimento na ordem de 20,31%. Na atenção básica, este aumento chega a 38,68%, passando de R\$ 41.318.472,60 para R\$ 57.302.485,21. Quanto à assistência hospitalar, no período em análise, percebe-se um aumento de 11,24% entre os valores de R\$ 49.954.978,08 em 2010 para R\$ 55.571.077,94 no ano de 2011.

Referente à vigilância sanitária (que corresponde a um conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde por meio de ações de fiscalização da circulação de bens e prestação de serviços e pela educação da população), registrou-se um aumento dos investimentos de 9,51%, passando de R\$ 992.090,80 em 2010 para R\$ 1.086.448,52 no ano de 2011. No campo de vigilância epidemiológica, que tem como propósito fornecer orientação técnica permanente para os profissionais da saúde, na tomada de decisões referentes ao controle de doenças e agravos, este recurso teve um crescimento de 17,66%.

Cumprir destacar a importância dos investimentos, principalmente em saneamento básico urbano, em que houve a diminuição de 66,90% no montante dos recursos destinados à área, sendo que os investimentos em 2010 foram de R\$ 7.757.400,26, reduzidos a R\$ 2.567.836,44 em 2011. Isso demonstra uma realidade adversa com relação às mudanças que o município de Chapecó vem enfrentando nos últimos anos. Destaca-se o aumento populacional observado nos censos demográficos de 2000 e 2010 (IBGE), que indicaram uma população de 146.967 habitante em 2000 e de 183.530 habitantes no ano de 2010, o que pode implicar em uma série de problemas futuros, como no que se refere ao abastecimento público de água, às condições sanitárias das famílias menos favorecidas, ao impacto ambiental, entre outros.

A Tabela 2 mostra a relação da produção físico-financeira de exames de imagem e diagnóstico de Chapecó e região, em meses de 2012.

Tabela 2 – Quantidade e valores gastos nos diagnósticos de Chapecó e região (de janeiro a novembro de 2012)

Tipo de exame	Quantidade	Gasto (R\$)
Ultrassonografia	19.373	668.317,38
Tomografia computadorizada	5.031	672.973,51
Raio x	66.053	502.536,49
Mamografia	7.338	330.210,00
Densitometria óssea	294	22.764
Ressonância magnética	6.499	1.918.116,00
Contraste para ressonância magnética	430	32.250,00
Total	105.018	4.147.167,36

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Secretaria de Saúde de Chapecó (2013).

De acordo com a Tabela 2, os gastos mais expressivos em diagnósticos no período de janeiro a novembro de 2012 de Chapecó e região estão mais concentrados na ressonância magnética, tomografia computadorizada e ultrassonografia, com valores de R\$ 1.918.116,00, R\$ 672.973,51 e R\$ 668.317,38, respectivamente. Em relação às quantidades, em primeiro lugar aparece o raio x, seguido pela ultrassonografia e mamografia.

A utilização da Estratégia Saúde da Família, como ferramenta de reorganização da atenção básica, é observada por meio da expansão do número de equipes de saúde da família no município, que totalizam atualmente 38 equipes. A Rede de Atenção à Saúde (RAS) de Chapecó é composta por: 27 centros de saúde da família, 13 serviços de especialidades, 03 centros de atenção psicossocial, 03 ambulatórios, 01 laboratório de análises clínicas e ambientais, 06 farmácias, 24 dispensários de medicamentos, 01 vigilância em saúde. Os serviços privados contratados são aproximadamente 50, nas mais diversas áreas da saúde, em complementação à rede pública municipal (CHAPECÓ, 2013).

A Tabela 3 apresenta os profissionais da rede pública municipal no que tange aos serviços da saúde, em 2011 e 2012.

Tabela 3 – Número de servidores da Prefeitura Municipal de Chapecó em 2011 e 2012, por profissão da área da saúde

Profissão	2011	2012
Auxiliar de enfermagem	221	240
Agente de combate às endemias	50	59
Estagiário	31	39
Agente comunitário de saúde	277	285
Outros	100	60
Médico	137	120
Auxiliar administrativo	67	60

Fonte: Elaborada pelos autores com base na Secretaria de Saúde de Chapecó (2013).

De acordo com o quadro de colaboradores da Secretaria da Saúde de Chapecó, os cargos que tiveram maior contratação em 2012 foram: auxiliar de enfermagem (19 contratações), agente de combate a endemias (9 contratações), estagiário e agente comunitário de saúde (ambos com 8 contratações). O inverso ocorreu nas categorias: outros, médico e auxiliar administrativo.

A Tabela 4 apresenta as imunizações aplicadas no município de Chapecó durante o período de 2011 e 2012.

Tabela 4 – Número de doses aplicadas para imunização no município de Chapecó, em 2011 e 2012

Mês	2011	2012	Diferença	Variação (%)
Janeiro	9481	10676	1195	12,60
Fevereiro	9992	11541	1549	15,50
Março	6763	13120	6357	94,00
Abril	8553	10509	1956	22,87
Maiο	14375	16435	2060	14,33
Junho	9939	23407	13468	135,51
Julho	8398	22867	14469	172,29
Agosto	10980	15646	4666	42,50
Setembro	8139	11358	3219	39,55
Outubro	9632	11259	1627	16,89
Novembro	8729	14400	5671	64,97
Dezembro	8846	10250	1404	15,87
Total	113827	171468	57641	50,64

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Programa Nacional de Imunizações (2013).

Segundo o Governo Federal (2013), a vacinação é a maneira mais eficaz de prevenir doenças. O Brasil tem evoluído nos últimos anos nessa área, especialmente com a criação do

Programa Nacional de Imunizações (PNI) em 1973, que facilitou o acesso da população às vacinas. Diante disso, na Tabela 4 pode-se verificar que ocorreu maior variação das vacinas no município de Chapecó nos meses de junho e julho, representando a aplicação de 13.468 e 14.469 doses, respectivamente.

A Tabela 5 demonstra as variáveis referentes às internações hospitalares do Sistema de Único de Saúde (SUS) de janeiro a dezembro de 2012 no município de Chapecó. Os dados apresentados referem-se aos valores totais gastos nos serviços de internação e hospitalares e profissionais, valores médios da permanência em que o paciente ficou internado e as taxas de mortalidade.

Tabela 5 – Dados mensais das internações hospitalares do SUS em Chapecó, 2012

Mês	Valor total (R\$)	Valor serviços hospitalares	Valor serviços profissionais	Valor médio internações	Média permanência	Taxa mortalidade ¹
Janeiro	1.675.901,81	1.304.779,51	371.122,30	1.192,81	3,6	4,41
Fevereiro	1.963.495,16	1.519.701,28	443.793,88	1.305,52	3,5	4,32
Março	1.881.737,13	1.470.134,30	411.602,83	1.282,71	3,6	4,02
Abril	1.816.053,57	1.420.657,74	395.395,83	1.291,65	3,7	4,13
Maiο	2.031.160,74	1.561.968,92	469.191,82	1.439,52	3,7	4,46
Junho	1.942.278,57	1.522.394,67	419.883,90	1.341,35	3,7	4,63
Julho	1.838.181,93	1.448.962,58	389.219,35	1.312,05	4,1	5,21
Agosto	2.129.284,15	1.639.603,91	489.680,24	1.525,28	3,8	3,65
Setembro	2.229.289,39	1.738.027,51	491.261,88	1.562,22	3,9	4,70
Outubro	1.994.693,05	1.507.522,65	487.170,40	1.428,86	3,5	3,72
Novembro	2.001.991,05	1.552.669,02	449.322,03	1.452,82	3,6	3,85
Dezembro	1.873.640,53	1.453.460,13	416.880,40	1.533,26	3,8	4,26
Total	23.377.707,08	18.139.882,22	5.234.524,86	1.386,50	3,7	4,28

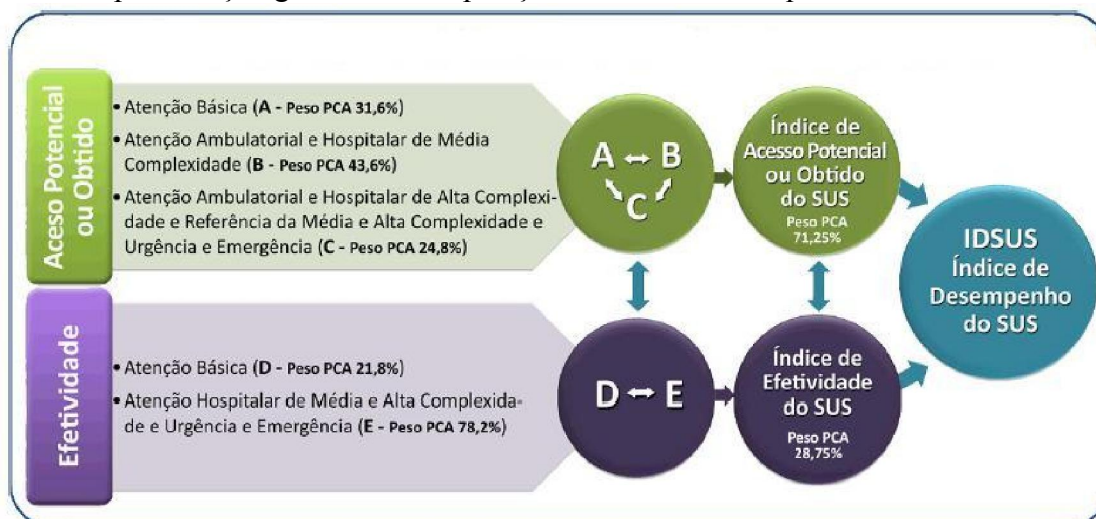
Fonte: Elaborada com base no Ministério da Saúde/Sistema de Informações Hospitalares do SUS (2013).

Nota: ¹ Razão entre a quantidade de óbitos e o número de autorizações de internações hospitalares (AIH) pagas, computadas como internações, no período, multiplicada por 100.

Conforme os dados disponibilizados pelo Datasus, os maiores gastos nas internações hospitalares ocorreram nos meses de maio de 2012, correspondendo a R\$ 2,031 milhões; agosto com R\$ 2,129 milhões; setembro com R\$ 2,229 milhões; novembro com R\$ 2,001 milhões. Quanto aos valores médios das internações, ficaram em R\$ 1.439,52 (maio); R\$ 1.525,28 (agosto); R\$ 1.525,28 (setembro) e R\$ 1.452,82 (novembro). Os serviços hospitalares estão entre as maiores despesas, em comparação aos serviços profissionais, totalizando R\$ 18,139 milhões frente aos R\$ 5,234 milhões.

Nesta discussão, cumpre destacar sobre o cálculo do Índice de Desempenho do SUS (IDSUS), utiliza-se a técnica de econométrica, chamada de análise de componentes principais, adotada para cálculo dos pesos de cada variável utilizada no estudo. A Figura 1 demonstra cada indicador que faz parte deste índice e seus respectivos pesos (importância).

Figura 1 – Representação gráfica da composição dos indicadores que formam o IDSUS



Fonte: CGMA/DEMÁS/SE/MS (2011).

Para caracterizar cada município, são utilizadas informações segundo os determinantes da saúde, condições de saúde da população e estrutura do sistema de saúde. Em 2012, segundo o Índice de Desempenho do SUS, quanto ao acesso e à efetividade da atenção básica, das atenções ambulatorial e hospitalar, das urgências e emergências, o município de Chapecó obteve a nota 7,35. Nesse sentido, a região de saúde do Extremo Oeste II recebeu a nota 7,09 e o estado de Santa Catarina apresentou a nota 6,29 (primeiro lugar no Brasil). Cumpre ressaltar que o IDSUS Brasil ficou com uma média de 5,40 (BRASIL, 2011).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde/Departamento de Atenção Básica. **Caderno de atenção básica: acolhimento a demanda espontânea - queixas mais comuns na atenção básica.** Brasília: v. 2, n. 28, 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/caderno_28.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2013.

_____. Portal do Governo Federal. **Saúde.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/saude/programas-e-campanhas/campanhas-de-vacinacao-2>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

_____. Ministério da Saúde/Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicada/Department for International Development. **Projeto Economia da Saúde – PES**: reforçando sistemas de saúde para reduzir desigualdades – 2002-2006 – relatório de atividades. Brasília, jan. 2007. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/livro_pes.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2013

_____. Ministério da Saúde. **IDUS**: Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde. Brasília: v. 1, 2011. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/IDSUS_29-09-12.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2013.

_____. Ministério da Saúde/Secretaria Executiva/Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS/ Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação. **Programa de Avaliação para a Qualificação do SUS**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

_____. Ministério da Saúde. **Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://pni.datasus.gov.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

_____. Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do SUS – Datasus**. Sistema de Informações Hospitalares do SUS. Brasília, 2013. Disponível em: <www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0405>. Acesso em: 15 abr. 2013.

_____. Ministério da Fazenda. **Secretaria do Tesouro Nacional**. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

CHAPECÓ - Prefeitura Municipal de Chapecó/ Secretaria da Saúde. **Banco de dados**. Chapecó, 2013.

DEL NERO, C. R. **O que é economia da saúde?**. 2002. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/ATS/disciplinas/2/nero-2002.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos 2000, 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2013

SANTA CATARINA - Portal do Governo do Estado de Santa Catarina. **Vigilância sanitária: inclusão social e construção da cidadania**. Disponível em: <http://www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=15&Itemid=40>. Acesso em: 19 abr. 2013.

AGRADECIMENTOS

Para a realização deste Caderno, o agradecimento pelas informações é feito, em especial, para:

- Banco de Dados do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Comunitária da Região de Chapecó;
- Prefeitura Municipal de Chapecó;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- Ministério da Saúde;
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- Ministério do Trabalho e Emprego;
- Professores do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Comunitária da Região de Chapecó;
- Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina;
- Sistema de Informações do Banco Central, entre outros.



Av. Senador Atílio Fontana, 591-E
Bairro Efapi, Chapecó/SC, 89809-000
(49) 3321-8000
www.unochapeco.edu.br

Área de Ciências Sociais Aplicadas
Curso de Ciências Econômicas